

SSBI

MÁRCIA CRISTINA VIEIRA DE AMORIM

MÁRCIA TEÔFANES BELUSSO

**UM OLHAR SOBRE A ATUAÇÃO DO SUPERVISOR
PEDAGÓGICO EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE RONDON DO
PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado como requisito parcial para
obtenção de licenciatura plena no Curso de
Pedagogia da Universidade Federal do Pará
(UFPA).

Orientador: Prof. Evandro Costa de
Medeiros

**PEDAGOGIA
ETIQUETA Nº 011**

**RONDON DO PARÁ
2004**

**UNIFESSPA
BIBLIOTECA JOSINEIDE TAVARES**

MÁRCIA CRISTINA VIEIRA DE AMORIM
MÁRCIA TEÓFANES BELUSSO

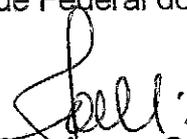
**UM OLHAR SOBRE A ATUAÇÃO DO SUPERVISOR
PEDAGÓGICO EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE RONDON DO
PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como
requisito parcial para obtenção de licenciatura plena no Curso
de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA).
Orientador: Prof. Evandro Costa de Medeiros

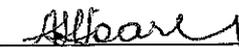
Rondon do Pará, 15 de outubro de 2004.



Orientador: Prof. Evandro Costa Medeiros
Universidade Federal do Pará



Prof.ª Moara Rita O. de Oliveira
Universidade Federal do Pará



Prof. Antônio Leuz S. de Moraes
Universidade Federal do Pará

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, pelo amor e paciência incondicionais.

À amiga Márcia Belusso, pela compreensão de sempre.

Aos amigos que estiveram ao meu lado durante todo esse caminho, em especial Fábio, Igilvan, Léo e Geancly... por me mostrarem a coisa rara que é a amizade e que talvez tudo o que fazemos pode se resumir na busca de um amigo, uma luta contra a solidão, enfim, pelas alegres lembranças e momentos de descontração.

Especialmente ao Leandro... a razão da morte ninguém sabe, talvez seja a mesma da vida. Sei que você estará sempre comigo...

Márcia Amorim

Aos meus pais, Moacir e Terezinha, pelo incentivo de continuar lutando pelos meus sonhos, também pelo amor e confiança sempre presente nos momentos difíceis.

Ao meu esposo, pela dedicação e carinho nas horas de cuidar do nosso pequeno Leonardo.

À amiga Márcia Amorim, pela compreensão, paciência e apoio incondicionais.

Ao meu querido filho Leonardo, pelos momentos de alegria e razão de não desistir de conquistar a vitória.

Márcia Belusso

AGRADECIMENTOS

A Deus.

Ao professor Evandro Medeiros, pelo conhecimento compartilhado e por contribuir para o meu sonho de uma educação comprometida com todos os cidadãos.

Aos colegas da turma Pedagogia 99, por fazerem parte da minha história.

Márcia Amorim

Primeiramente a Deus, pela força e perseverança.

Ao professor Evandro Medeiros, por termos conseguido que este trabalho se tornasse realidade.

Márcia Belusso

*“Estar vivo é estar em conflito permanente,
produzindo dúvidas, certezas sempre questionáveis.
Estar vivo é assumir a educação do sonho cotidiano.
Para sempre permanecer vivo, educando a paixão, desejos de
vida e de morte, é preciso educar o medo e a coragem.
Medo e coragem em ousar.
Medo e coragem em assumir a solidão de ser diferente.
Medo e coragem em romper com o velho.
Medo e coragem em construir o novo”.*

(Madalena Freire)

RESUMO

Ao escolhermos o tema para este trabalho de pesquisa, *“Um olhar sobre a atuação do Supervisor Pedagógico em escolas municipais de Rondon do Pará”*, procuramos traduzir a importância do olhar no processo educativo, onde ver significa investigar o que precisa ser investigado, olhar com crítica, procurando, através do olhar, transformar a realidade.

Nesta abordagem sobre o trabalho do Supervisor Pedagógico nas escolas de Rondon do Pará, faz-se o questionamento e análise de como este profissional vem buscando desempenhar suas atividades visando à melhoria do processo ensino-aprendizagem. Assim, apresentaremos os principais aspectos que têm permitido ou obstaculizado o sucesso do trabalho de Supervisão Pedagógica. Para tanto, fez-se uso de pesquisa bibliográfica inicialmente, a fim de construirmos os caminhos teóricos do presente trabalho, seguido pela pesquisa de campo e análise reflexiva dos dados obtidos.

Entendemos que é de extrema importância que a atuação do Supervisor Pedagógico esteja pautada numa atividade na qual tenha-se o objetivo de articular e estimular a práxis pedagógica, para assim alcançar uma educação transformadora.

Palavras-chave: Supervisão Pedagógica. Processo Educativo. Práxis Pedagógica. Educação Transformadora.

ABSTRACT

When choosing the subject for this work of research, "a look on the performance of the Pedagogical Supervisor in municipal schools of Rondon of Pará", we look for to translate the importance of the look in the educative process, where to see it means to investigate what it needs to be investigated, to look at with critical, looking for, through the look, to transform the reality.

In this boarding on the work of the Pedagogical Supervisor in the schools of Rondon of Pará, one becomes the questioning and analysis of as this professional comes searching to play its activities aiming at to the improvement of the process teach-learning. Thus, we will present the main aspects that have allowed or hindered the success of the work of Pedagogical Supervision. For in such a way, use of bibliographical research became initially, in order to construct the theoretical ways of the present work, followed for the field research and analyzes reflexiva of the gotten data.

We understand that it is of extreme importance that the performance of the Pedagogical Supervisor is pautaada in an activity in which has the objective to articulate and to stimulate the práxis pedagogical, thus to reach a transforming education.

Word-key: Pedagogical supervision. Educative Process. Pedagogical Práxis. Transforming education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
1 HISTÓRICO DA SUPERVISÃO PEDAGÓGICA	06
1.1 Histórico Geral da Supervisão Pedagógica.....	06
1.2 Histórico da Supervisão Pedagógica em Rondon do Pará: Aspectos legais..	19
1.3 Contextualizando o campo de atuação do Supervisor Pedagógico em Rondon do Pará.....	23
2. PROJETANDO UM IDEAL DE SUPERVISÃO PEDAGÓGICA	26
2.1 O Supervisor Pedagógico como articulador da constituição da escola como sujeito e projeto coletivo.....	26
2.2. O Supervisor Pedagógico como educador do educador.....	30
2.3 O Supervisor Pedagógico como estimulador da formação em continuum, da produção de saberes pedagógicos e do exercício da práxis docente.....	34
3. DO PENSADO AO CONCRETO: CAMINHOS DA PESQUISA	40
3.1 Caracterização das escolas pesquisadas.....	46
4. SOBRE A ATIVIDADE DE SUPERVISÃO PEDAGÓGICA EM RONDON DO PARÁ: A PERCEPÇÃO DOS EDUCADORES, SUPERVISORES PEDAGÓGICOS, TÉCNICOS E SEMEC	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

Sempre que se discute academicamente sobre o processo ensino aprendizagem, nos deparamos com a questão da qualidade de ensino e nos damos conta de que ao refletir sobre tal questão entre os diversos fatores que influenciam neste processo, possui importância fundamental o conjunto de atividades relacionadas à organização e administração do trabalho pedagógico no âmbito escolar. Atividades cuja responsabilidade de planejamento e desenvolvimento cabem ao Supervisor Pedagógico, e que visam auxiliar os educadores e educandos na busca do sucesso escolar, ou seja, do sucesso do processo ensino-aprendizagem e da consolidação de uma educação capaz de formar cidadãos críticos, autônomos e envolvidos com a melhoria do meio em que vivem. Partindo da discussão teórica promovida por disciplinas como Organização do Trabalho Pedagógico e Coordenação Pedagógica em Ambientes Escolares do curso de Pedagogia da UFPA, enquanto discentes, nos sentimos motivadas a construir um trabalho de pesquisa que pudesse contribuir com o desenvolvimento de uma educação crítica, criativa e de qualidade.

Diante de tais aspectos, observamos hoje uma realidade educacional, em que muitos educadores enfrentam dificuldades em desenvolver um bom trabalho pedagógico, bem como, conseguir relacionar o conteúdo das disciplinas com a realidade do educando, na tentativa de tornar o processo ensino-aprendizagem mais significativo.

Pode-se inclusive observar tal realidade quando nos deparemos com altas taxas de reprovação e evasão nas escolas municipais de ensino fundamental de Rondon do Pará.

Observemos os seguintes indicadores na 1ª série do ensino fundamental:

Índice de Reprovação:	Índice de Evasão:
2000 – 22,0%	2000 – 25,6%
2001 – 24,2%	2001 – 22,3%
2002 – 25,0%	2002 – 25,0%
2003 – 24,08%	2003 – 21,0%

(Dados extraídos do Setor de Estatísticas da Secretaria Municipal de Educação/2004.)

Através da análise destes dados, surgem questionamentos que perpassam pelas dificuldades que o professor encontra para desenvolver um trabalho realmente significativo e pela atuação do Supervisor Pedagógico frente a tais dificuldades.

Enquanto problemática desta pesquisa nos questionamos como os Supervisores Pedagógicos tem desenvolvido suas atividades profissionais em auxílio ao bom desenvolvimento do processo ensino aprendizagem, em instituições da rede de ensino municipal de Rondon do Pará, e que aspectos tem permitido ou obstaculizado o sucesso deste trabalho?

Surgindo assim, os questionamentos que nos movem nesta pesquisa: que propostas de organização do processo educativo têm sido desenvolvidas nas escolas? Quais os sucessos obtidos e quais as principais dificuldades para a sua realização? Quais os princípios que regem a atuação dos profissionais responsáveis pela Supervisão Pedagógica nas escolas? Que tipo de relação tem-se estabelecido entre Supervisor Pedagógico e docentes no bojo do processo ensino-aprendizagem?

Para tanto, procuraremos atingir os seguintes objetivos:

Geral:

- Analisar o desenvolvimento das atividades de supervisão e organização do trabalho pedagógico realizados em Escolas Municipais de Rondon do Pará.

Específicos:

- Analisar as propostas de organização do processo educativo, construídas pelos próprios Supervisores Pedagógicos, Diretores de Escolas, Diretoria de Ensino e Secretaria da Educação;
- Analisar os aspectos que permitem ou obstaculizam o sucesso das propostas de organização do processo educativo existentes nas escolas;
- Verificar que tipo de relação tem-se estabelecido entre supervisão pedagógica, docentes e discentes no bojo do processo ensino-aprendizagem;
- Conhecer e analisar as propostas de trabalho de Organização e Supervisão Pedagógica, capacitação, orientação e acompanhamento que a Secretaria Municipal de Educação promove para a equipe de Supervisão Pedagógica da rede pública municipal de ensino.

Neste trabalho de pesquisa nos lançaremos no desafio de construir uma reflexão especificamente sobre a ação dos organizadores do trabalho pedagógico em escolas de ensino fundamental no Município de Rondon do Pará, tentando desenvolver uma análise das possíveis propostas de organização do processo educativo construídas pelos próprios Supervisores Pedagógicos, Diretoria de Ensino e Secretaria Municipal de Educação, no intuito de tentar perceber quais os aspectos que permitem ou obstaculizam o sucesso de tais propostas.

A construção do presente trabalho se deu principalmente a partir dos relatos dos educadores, supervisores pedagógicos e técnicos da Diretoria de Ensino

sobre as atividades realizadas pelos mesmos, da análise documental e da proposta oficial de trabalho dos dez profissionais que atuam como supervisores pedagógicos nas escolas de Rondon do Pará. Estando a pesquisa organizada em dois momentos, sendo eles a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, melhor detalhada no terceiro capítulo deste trabalho.

Quanto à organização do trabalho, apresentaremos no primeiro capítulo o resgate histórico da supervisão pedagógica, necessário para que possamos refletir criticamente quanto as possíveis influências que sua origem possa apresentar na sua prática atual.

No segundo capítulo buscamos através de referências teóricas a realidade educacional na qual o supervisor pedagógico está inserido e os aspectos que permitem uma prática voltada principalmente para a realização de ações pedagógicas que visam principalmente auxiliar dos educadores em sua prática docente, bem como, estimular a formação dos educadores, a produção de saberes pedagógicos e o exercício da práxis docente.

Em seqüência, os caminhos da pesquisa, seguido pelo quarto capítulo onde contextualizamos o campo de atuação dos supervisores pedagógicos no contexto municipal, tratamento dos dados obtidos na pesquisa através de reflexões sobre a atividade do supervisor pedagógico em Rondon do Pará e análise reflexiva dos relatos, enfatizando os resultados obtidos na pesquisa, os pontos divergentes e o que é opinião de todos, na intenção de alcançarmos os objetivos propostos.

Ao buscar responder tais questões pretendemos contribuir com este trabalho para uma reflexão acerca da função e das atividades que realizam os profissionais envolvidos com o trabalho de organização e supervisão do trabalho pedagógico nas escolas, e, subsequente a sua conclusão, esperamos contribuir

para que os profissionais da educação reflitam e reelaborem sua prática pedagógica, tendo como perspectiva oferecer melhores subsídios às ações docentes para que estas possam promover em nossas escolas o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa.

1. HISTÓRICO DA SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

1.1 Histórico Geral da Supervisão Pedagógica

Revisando historicamente a prática da Supervisão Escolar no Brasil, observamos que poucas práticas profissionais terão pago um tributo tão alto e sofrido tanto com as conseqüências decorridas das condições e tempo em que começaram a se desenvolver. Grande parte das dificuldades enfrentadas atualmente no exercício desta função, principalmente no que diz respeito à clareza sobre o papel do Supervisor Pedagógico, precisam ser compreendidas em sua genealogia, principalmente em sua origem Histórica, associada ao controle, autoritarismo e rigidez, uma vez que esta nasce no interior de um processo de dependência cultural e econômica e é integrada, a seguir, à um projeto militarista-tecnocrático de controle do povo e da nação, onde ao supervisor caberia o controle sobre o planejado e o executado no contexto escolar.

Dentro desta perspectiva:

“Em nome da eficiência e da eficácia, difundidas por abordagens de influência taylorista que subjazem a filosofias tecnocráticas – as quais valorizam a racionalidade – o supervisor é considerado o instrumento de execução das políticas centralmente decididas e, simultaneamente, o verificador de que essas mesmas políticas são efetivamente seguidas” (ALARCÃO, 2002:11).

Neste contexto buscamos detalhar um pouco das características do processo educativo da Antiguidade até os tempos de hoje, destacando as características principais de cada época.

Na Antiguidade; (século IV a.C. – 476 d.C.), na Índia, Pérsia, Egito e China, a Supervisão realizada nas instituições escolares era entendida por vigilância, realizada por nobres e sacerdotes pra julgar o desenvolvimento escolar.

A características dessas educações antigas está em que, após terem sido longamente elaboradas, e embora a história de cada uma delas abranja vários milênios, todas conservaram por muito tempo o tipo a que haviam chegado.

A educação no Egito Antigo, na época se apresentava uma ordem social muito rígida, na qual a educação se apresentava de dois tipos: ela era essencialmente prática e profissional, familiar ou corporativa, para as pessoas do povo e, nesse caso limitava-se a orientar para um determinado ofício. A ela se somava, em certas épocas e em certas condições, uma educação intelectual elementar, que se limitava à leitura, à escrita, ao cálculo simples e à geometria prática exigida pela vida e, em especial, pela fixação dos limites das propriedades recobertas pelo lodo do Nilo após cada inundação. Quanto a seus métodos, correspondem exatamente ao espírito e aos objetivos sociais ou morais da época.

Na educação chinesa desenvolvia-se um tipo de educação que deveria durar quase até nossos dias. Esse fenômeno singular de permanência de um sistema educacional explica-se por sua própria inspiração, pelo papel excessivo que nele desempenhava a tradição, uma tradição mal entendida.

O respeito profundo pela família e pelo Estado, pelas idéias e costumes tradicionais, o formalismo e o culto dos mortos inspiram a ação de todos os educadores da criança na família e na escola. Tratam-se, em primeiro lugar, de um adestramento do indivíduo nos usos, ritos hábitos e sentimentos que devem ser os de todos os homens: submissão à autoridade absoluta do pai de família, submissão total da mulher ao homem: casada sem ter conhecido seu futuro esposo, por vezes até vendida, devido às duras condições da vida econômica, a mulher é inteiramente dependente a vida toda; ela não escapa à autoridade de um a não sr para cair sob alçada do outro.

O pequeno Chinês é enviado à escola aos dez anos. Ela está aberta para todos, mas, fatalmente, numa população tão vasta, somente uma parcela é verdadeiramente educada. Os letrados ou *mandarins* formam a classe instruída e também a dos funcionários, pois é entre os letrados que se recrutam este último. Por isso o jovem chinês que dispõe de meios aspira a tornar-se letrado.

Os exercícios são apoiados em toda uma retórica de noções gerais, de imitação do estilo e do pensamento dos livros sagrados, de comentários. A imitação exata, sem originalidade, é sempre procurada. Aprende-se de memória; repete-se em voz alta em comum, recita-se individualmente. O princípio de autoridade, o formalismo, o cultivo da memória, constituem o fundamento dessa educação inteiramente verbal e livresca. Veneram-se, acima de tudo, os livros; despreza-se toda e qualquer outra atividade. Todos os ofícios são baixos e vulgares; somente o estudo dos livros é nobre e elevado, diz um outro provérbio.

Tal educação desdenhando as qualidades de originalidade, iniciativa, liberdade, solidariedade e invenção, só podia desenvolver uma sociedade estática. Ela explica sem dúvida, em grande parte o espantoso imobilismo dessa civilização que, tendo chegado a um elevado grau de perfeição para época, estacionou num estereótipo e viu-se ultrapassadas pelas ocidentais, mais empreendedoras e mais criativas. Em sua perfeição, ela nos revela ameaça que pesa sobre toda educação exclusivamente voltada para o passado, exageradamente impelida a copiar e reproduzir, em vez de transmitir a verdadeira força da tradição que foi sua força de criação, aquela que permite ao passado realizar o que criou de grande e de belo.

A educação entre os Hebreus, o povo israelita foi entre todos o que mais demonstrou o poder da educação. Em grande parte, dói ela que lhe permitiu garantir sua permanência em meio a mil travessias, até os dias de hoje. A Bíblia que o

inspira está repleta de conselhos relativos à educação. Os sentimentos de justiça que animam os profetas judeus, o universalismo latente que eclodirá com o cristianismo, inspirarão não só as literaturas e as artes de muitas nações como também as filosofias, os ideais laicos, e triunfarão, após as diversas transformações, até em certos princípios da Revolução Francesa.

Essa educação de um povo religioso pro excelência, teocrático e monoteísta, não poderia deixar de ser essencialmente moral e religiosa. Era obra, em primeiro lugar, da família e estava toda orientada para o conhecimento da verdade e da lei divina. A partir do momento em que a criança aprendesse a falar, sua mãe ensinava-lhe passagens; era pelo texto sagrado que aprendia a ler; em seguida, passava a meditar sobre ele e começava a estudar a tradição; a disciplina era severa e não dispensava as punições corporais.

Somente após o exílio e no cativeiro de Babilônia é que foram organizadas escolas elementares junto às sinagogas ou nas casas dos escribas. Os rabinos, conscientes da importância da educação, não receavam dizer: "Que pereça o santuário, mas não falte escola para as crianças", E o *Talmude* da Babilônia afirma: "O fôlego das crianças que freqüentam é o mais firme sustentáculo da sociedade. A ciência está acima dos sacrifícios".

Fato digno de registro chega-se ao ano 64 de nossa era com a idéia de uma escolaridade para todas as crianças judias; escolas para meninos de seis a sete anos tiveram de ser criadas em todas as cidades. E o *Talmude* fixou esta regra que muito gostaríamos de ver aplicada em nossos dias: "Se o número de crianças não ultrapassa a 25, a escola será dirigida por um único mestre; a partir de 25, a cidade pagará um adjunto; acima de 40, serão necessários dois diretores". A educação, aliás, desenvolveu-se também para as meninas. Incluía matérias mais

vastas, como as matemáticas, a astronomia, a literatura e a geografia, pelo menos em seus graus superiores. Enfim, tornou-se mais branda e mais bem adaptada às possibilidades da criança.

Em princípio, é gratuita; mas os mestres das classes elementares recebem freqüentemente presentes ou uma remuneração; ou então exercem, para viver, um outro ofício além do de educador. Devem ser capazes e casados, de preferência de uma certa idade. São altamente estimados: O *Talmude* quer até que o discípulo os coloque acima de seu próprio pai, "que apenas lhe deu a vida deste mundo, enquanto que o mestre lhe mostra a vida do mundo futuro".

Através da Bíblia e do cristianismo, essa inspiração religiosa fará sentir-se em muitos países; o exclusivo nacional que assegurou a continuidade da raça hebraica converteu-se num messianismo universal que veio a fundir-se, de maneira mais ou menos feliz, com a contribuição greco-romana, o outro pilar da civilização ocidental que nos cumpre agora examinar.

Quanto à educação grega, devemos à Grécia antiga e especialmente a Atenas não só a fonte de nossas inspirações literárias, artísticas, filosóficas e a ciência que aí nasceu sob sua forma teórica, mas também a forma de educação superior que deitará vestígios até na chamada cultura secundária ou clássica.

Quanto à educação, revestiu-se de muitas formas através da história da Grécia antiga e através da diversidade artística, literária e a científica nos jônios, ela é mais prática e mais militar nos dórios. Também variou imenso desde a época homérica, na qual ainda estava muito próxima da educação primitiva e se preocupava em formar o homem de ação e o sábio, prudente e circunspeto, até a época Alexandrina, quando se tornará formal e erudita.

Na Grécia surgem as primeiras pessoas encarregadas de acompanhar o desenvolvimento da vida escolar dos alunos, surgindo o Supervisor Escolar para acompanhar o funcionamento de uma escola.

Na educação romana é necessário distinguir duas épocas: antes da conquista da Grécia e depois.

A primeira contentou-se com uma educação essencialmente prática e oral, inteiramente de acordo com o caráter romano. Esse povo, de espírito utilitário, patriótico e guerreiro, que dava o primeiro lugar às virtudes do cidadão e do soldado, que subordinava estreitamente o indivíduo ao Estado e respeitava acima de tudo a lei, foi um povo de conquistadores e, ao mesmo tempo, o criador do direito que ainda ostenta seu nome. Durante os primeiros séculos da República, contentou-se em ensinar aos filhos dos cidadãos os elementos práticos da educação - a leitura, a escrita e o cálculo -, a que se somaram mais tarde a preparação para atividades agrícolas ou mercantis e, sobretudo, o adestramento militar. Por outro lado, imprimia-se no espírito dos cidadãos o sentimento básico da sociedade romana: respeito pelos ancestrais, submissão à família, devoção absoluta à pátria. Essa educação puramente física e moral ou, melhor dizendo, militar e religiosa, era proporcionada na família, a célula onipotente da cidade.

Essa educação bastava para os romanos quase até o fim da República. Mas, no final do século II a.C., o encontro com a civilização grega provocou, não sem luta com as tradições, uma transformação profunda. A gramática e a literatura e a retórica invadiram a escola, ficando a família cada vez menos capacitada para assegurar sozinha a formação da criança. Os exercícios compreendiam os comentários de sentenças ou de fatos dignos de memória, composições sobre temas lendários, dissertações sobre lugares-comuns morais, declarações a

propósito de tal ou tal situação histórica, controvérsias e, enfim, temas de pura ficção. Entretanto, é essa formação puramente verbal a que sobrevivera na educação da Idade Média. Ao mesmo tempo, o Estado tende a ocupar-se cada vez mais da educação.

Na Idade Média (476 – 1453), na área de influência do catolicismo, a inspeção, ou seja, as vigilâncias sobre as escolas eram exercidas pela igreja, por intermédio de seus bispos, que passaram esta função aos leigos indicados pela igreja, e tal fiscalização era centralizada na matrícula e pontualidade dos alunos e professores.

Já na Idade Moderna (1453 – 1789) surgiu a figura do Inspetor Escolar, tendo a função de julgar o trabalho e a vida dos professores e não de executar e auxiliar nas tarefas pedagógicas.

Com a Revolução Francesa, em que se inicia a Idade Contemporânea – em 1789 – surge pela proposta de Condorcet (1793-1974) a figura do Inspetor Técnico, expressamente preparado para vigiar as atitudes docentes e com isso, aumentar o progresso da educação. A partir desse momento, o professor passou a ser vigiado no exercício do magistério e orientado no desenvolver de sua função.

No contexto brasileiro os primeiros vestígios de realização do trabalho de Supervisão Educacional remontam o período de início da colonização do Brasil, em meados do século XVI, com a influência dos jesuítas e sua *Ratio Studiorum*¹, pois esta previa, por exemplo, que o “prefeito dos estudos” deveria ouvir e observar os professores, lembrar de sua obrigação de esgotar a cada ano a programação que lhe fora atribuída, assistir suas aulas, ler os apontamentos dos alunos, etc.

1. A *Ratio Studiorum* é o plano de estudos, de métodos e a base filosófica dos Jesuítas. Representa o primeiro sistema organizado de educação católica. Ela foi promulgada em 1599, depois de um período de elaboração e experimentação.

Legalmente, no corpo da política oficial a atividade denominada como Supervisão Educacional surgiu pela primeira vez com a Reforma Francisco Campos – Decreto-Lei nº 19.890 de 18/04/1931, concebida de forma bem diferente do que se vinha realizando até aquele momento, de simples fiscalização e/ou verificação do trabalho docente, para assumir o caráter de supervisão, visando à eficiência do ensino. (Referencia bibliográfica vide).

Mais tarde, no ano de 1942, novamente a Supervisão Educacional passa a ser objeto das reformulações legais. Assim, o Estado através da Lei Orgânica do Ensino Secundário, promulgada pelo Decreto – Lei nº 4244 de 09/04/1942, passa a determinar que “a inspeção realizada pelo supervisor far-se-ia não somente sob o ponto de vista administrativo, mas também com o caráter de orientação pedagógica” (Artigo 75, parágrafo 1º), onde esta inspeção tinha por finalidade garantir a efetivação de uma política de desenvolvimento que tinha a concepção de educação com alavanca da transformação social.

As idéias de Supervisão que tinham maior incidência sobre a construção do modelo brasileiro daquela época, foram as idéias que sustentaram o modelo utilizado nos Estados Unidos, que chega ao Brasil por meio do Plano de Assistência Brasileira-Americana no Ensino Elementar - PABAE.

Apoiado em acordos gerais estabelecidos entre o Brasil e Estados Unidos, o Ministério de Educação e Cultura solicitou em 11/4/1956, assistência técnica à Missão Norte-Americana de Cooperação Técnica no Brasil (Usom-B) para a criação de um centro experimental de programa piloto de educação elementar em Belo Horizonte. Em 22/6/1956 foi autorizado o planejamento do programa e assinado acordo com a Universidade de Indiana para realização de cursos para brasileiros que viriam a atuar naquele programa. Em 15/1/1957, o Diário Oficial publicou

portaria do ministro da Educação e Cultura Clóvis Salgado, atribuindo ao Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) a execução do programa. Em maio de 1964, cessou a participação americana direta na administração, mas as atividades se mantiveram; então o PABAE passava a ser dirigido por Lyra Paixão. Em 6/5/1965, o PABAE, transformou-se na Divisão de Aperfeiçoamento (DAP) do Centro Regional de Pesquisas Educacionais João Pinheiro.

O Brasil vivia um momento político e econômico comandado pela ditadura militar, sob a presidência de Juscelino Kubitschek (1957 – 1961), seguido por Jânio Quadros e logo após em 1964 o golpe militar. Nesse período o Brasil conheceu um grande desenvolvimento industrial, o que era preciso criar condições para a implementação desse processo de industrialização e a escola tinha um grande papel nisso, que era o de formar e qualificar mão de obra para essa realidade econômica. E o supervisor nesse processo possuía um grande papel, como o sujeito que ia assegurar que o plano e os modelos de educação implementados com ajuda dos Estados Unidos para sustentar a formação de mão-de-obra, iam se realizar. Então, o supervisor era o sujeito ideal para desempenhar esta função, de o controlador, o administrador, o fiscal.

Então este plano tinha como objetivo um centro experimental de programa piloto de educação elementar para formar professores para atuar no ensino primário brasileiro, com vistas à modernização do ensino e ao preparo do professor leigo. O programa contribuiu, de maneira significativa, para enfatizar metodologias e técnicas de ensino como soluções para os problemas que o então ensino primário enfrentava, tais como os da evasão e da repetência (Barreto 1979; Moreira 1990; Libâneo 1989).

Quanto ao caráter deste, alguns autores divergem em suas opiniões, para Moraes, “este Plano apresentava caráter inovador na área pedagógica e preocupava-se, principalmente, com os meios que possibilitariam o reformismo educacional” (1982, p. 24), enquanto para Tavares, “o Plano influenciava a educação brasileira, inculcando a ideologia democrática, junto às gerações mais jovens, e passando aos brasileiros a percepção do amigo americano, por meio da ajuda prestada pelos Estados Unidos” (1980, p. 10), estimulando, assim na constituição de uma cultura subalterna. Uma das ações do PABAE foi levar professores aos Estados Unidos para se especializarem em Supervisão Educacional e depois montarem cursos desta especialidade no Brasil. (Nove Olhares sobre a Supervisão, Silva Jr et al; 2003). A formação de tais supervisores se deu seguindo o modelo de educação estadunidense, que enfatizava métodos e técnicas de ensino, ou seja, era fundamentada nos pressupostos da pedagogia tecnicista, que se apóia na neutralidade científica e se inspira nos princípios da racionalidade, eficácia e produtividade do sistema.

No ano de 1961 no que tange a formação dos Supervisores, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4024 então promulgada, traz algumas renovações no campo da Supervisão Pedagógica, mas que continuam sendo tratada como inspeção. Tais renovações voltam-se para o ensino primário, uma vez que o Artigo 52 da citada lei prevê a formação de supervisores para este nível de ensino. Enfatizando que os orientadores, supervisores e administradores formados pelo ensino normal seriam destinados ao ensino primários, visando o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relacionados à educação da infância.

Historicamente a Supervisão Pedagógica teve maior afirmação no Brasil durante o período de ditadura militar, legalmente a Lei de Diretrizes e Bases nº

5692/71 a instituí como serviço específico da escola de 1º e 2º graus. Diante do contexto nacional, sua função era ainda, predominantemente, tecnicista e controladora, e de certa forma correspondia ao patrulhamento ideológico das atividades da escola. A Supervisão Pedagógica encaminharía o sentido de "visão-sobre" todos os aspectos do processo ensino-aprendizagem, necessária à percepção ampla dos aspectos e dos componentes das atividades supervisionadas. O objetivo pretendido com a supervisão era o de dominar, controlar e vigiar as atividades docentes. "Para uma sociedade controlada, uma educação controlada; para uma educação controlada, um supervisor controlador e também controlado" (Silva Jr., 1986:93).

Na prática, cabia ao Supervisor controlar o conteúdo ministrado pelos docentes, vigiar o comportamento dos mesmos e não permitir, dessa forma, os desvios nas atividades e discussões que gerassem ameaça ao sistema. Sendo esta, a herança autoritária que o supervisor e a supervisão receberam durante este período.

Entendemos que apesar de ser objeto das preocupações legislativas, pouco ou nada se fez para se instituir um modelo de Supervisão Pedagógica que contribuísse concretamente para o melhor desenvolvimento das atividades educativas nas escolas do País, considerando as necessidades nacionais, e as especificidades, características, necessidades e contradições dos contextos locais em que as escolas se encontram. Ao mesmo passo em que pouco se fez legalmente para criar condições que permitisse formar um sujeito e orientar a atuação profissional de um sujeito que se preocupasse com as questões específicas da escola em relação aos problemas externos e que pudessem ser capaz de pensar em

como contribuir para superar essas questões e problemas específicos da própria escola.

A Supervisão Pedagógica sempre foi construída a partir de modelos externos da escola e nunca considerando a necessidade da mesma, e sempre constituída a partir da compreensão de um sujeito que vai entrar para a escola e trazer idéias e nunca de um sujeito que vai pensar a partir da escola, ou seja, idéias vindas de uma realidade externa da escola e não vindas de uma realidade interna da escola. Então, os problemas da escola nessa lógica de Supervisão nas escolas, se forma em sujeito que trabalha como alguém que vai trazer idéias de fora para solucionar o problema da escola, pensando os problemas da escola de fora para dentro e não de dentro para fora, não como alguém que seria capaz de estando na escola pensar os problemas e buscar soluções. Sendo esta lógica de um modelo de Supervisor Pedagógico que existe e que é importado para o Brasil.

Historicamente o que observamos é que a inserção da Supervisão Pedagógica, dentro da perspectiva em que ela se desenvolveu historicamente, trouxe para o interior da escola a divisão social do trabalho – a hierarquização das funções e a fragmentação e burocratização do trabalho pedagógico -, a divisão entre técnicos educacionais e professores, ou seja, a divisão que coloca de um lado aqueles que pensam, planejam, decidem e mandam, e do outro aqueles que executam.

Dentro deste processo o professor passou a ser alienado do saber pedagógico, colocando-se entre ele e seu trabalho a figura do Supervisor da atividade pedagógica, gerando-se dessa forma um contexto em que se menospreza o trabalho do professor e o saber por ele produzido postula-se sua "incompetência" para pensar os problemas da educação e planejar ações que levem a solução dos

mesmos, visto que cabe ao supervisor este papel. Daí, conseqüentemente, produz-se uma realidade hierarquizada e de fragmentação dos papéis. Daí ocorre historicamente que os professores não conseguem enxergar no Supervisor um companheiro comum de jornada.

1.2 Histórico da Supervisão Pedagógica em Rondon do Pará: Aspectos Legais

Em Rondon do Pará, a figura profissional do Supervisor Pedagógico, conforme proposta oficial, foi inserida no contexto escolar tendo como objetivo promover a melhoria do processo ensino-aprendizagem, através da orientação e acompanhamento, coordenação e avaliação das atividades curriculares, com o envolvimento cooperativo de todos os responsáveis pelo processo, responsabilizando-se inclusive por dinamizar e assistir a operacionalização do processo educativo. Segundo relatos empíricos, organizar o trabalho pedagógico nas unidades escolares não constituía apenas a tarefa principal do Supervisor Pedagógico. Pois, a multiplicidade das tarefas pelas quais responde habitualmente o supervisor é a razão maior de sua dificuldade em compartilhar com os demais educadores a grande tarefa da organização coletiva do trabalho pedagógico.

A primeira Lei a regulamentar a função do Supervisor Pedagógico foi a Lei Municipal nº 257 de 28 de Maio de 1993, que instituiu o Plano de Carreira, Cargo e Salários e Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Rondon do Pará, que no seu artigo 5º, que refere-se a estrutura básica do Quadro de Cargos e Provedimentos Efetivo enquanto categoria funcional, no Grupo de Especialistas em Educação, que compreende as atividades de Supervisão e Orientação Pedagógica, onde o grau de instrução exigível seria diploma de conclusão do curso de nível superior com habilitação específica na área de Supervisão e Orientação (sic).

Quanto o Estatuto do Magistério do Município de Rondon do Pará, a Lei Municipal nº 266 de 08 de Novembro de 1993, em seu artigo 4º refere-se à categoria funcional do Especialista em Educação definindo que esta compreende o Supervisor e o Orientador Pedagógico, e em seu artigo 5º refere-se sobre as atribuições do

Especialista em Educação, que são relacionadas diretamente com a administração, supervisão, orientação e avaliação pedagógica.

No ano de 1998, uma nova lei passa a tratar sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público, a Lei Municipal nº 330 de 12 de Janeiro, definindo a carreira em duas classes: os Supervisores com licenciaturas curtas e Supervisores com licenciatura plena.

Atualmente a Lei que dispõe sobre o Plano de carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Rondon do Pará que vigora no município é a Lei Municipal nº 411 de 01 de Abril de 2002 que diz, em seu Art. 35. que “os profissionais ocupantes dos cargos de “...Orientador e Supervisor Escolar pela Lei nº 330/98, serão enquadrados no cargo de professor com atuação na função de suporte pedagógico, segundo sua habilitação”.

No que se refere a inserção do profissional que desempenhava a função de Supervisor Pedagógico nas escolas da rede pública municipal de Rondon do Pará, esta teve início com a professora *Rosa Maria Peres Lima*² no ano de 1994. Na ocasião, Rosa Peres trabalhava na Semec e na 19ª URE (Unidade Regional de Ensino) e segundo seus relatos, a função de visitar as escolas era mais uma exigência da URE do que mais propriamente da Semec, uma vez que autonomia pedagógica desta estava mais relacionada com a 19ª URE. Apenas em 1998 com a municipalização do ensino fundamental no município é que a Semec passa a preocupar-se com esse acompanhamento pedagógico das escolas.

Segundo a professora Rosa Peres, o trabalho era pré-definido por ela mesma, que já levava pronto para as escolas textos e projetos, para serem

2. Professora da rede pública municipal de ensino, primeira profissional a ser inserida nas escolas na função de Supervisor Pedagógico. Atual secretária Municipal de Educação/julho 2004.

trabalhados pelos professores de 1ª e 4ª série e quanto de 5ª e 8ª série, o trabalho era pautado em “dicas de trabalho”, onde eram sugeridos textos, atividades, dinâmicas de trabalho, temas para projetos, etc..(sic). No entanto, não acompanhava os resultados e essa visita era realizada apenas uma vez por mês. Ressalta ainda que a função supervisora continuou assim até o ano de 1996.

No ano de 1997, com a mudança de Secretária de Educação, onde na ocasião assumia a Sr.ª Carlota Soares, a Semec passou a contar com um corpo de seis pedagogos vindos da cidade de Belém. Estes por sua vez, eram lotados com apenas 100 (cem) horas e tentavam dividir seu tempo nas 10 (dez) escolas do município, iniciando assim um trabalho de acompanhamento pedagógico, o que segundo Rosa Peres acontecia lentamente.

Em 1998, com a implantação do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) surge a necessidade de cada escola (no início o PDE foi implantado em apenas 05 escolas) possuir um coordenador, ou seja, o Supervisor Pedagógico fora inserido no processo para coordenar um programa instituído pelo governo federal e só em seguida é que este profissional irá também desempenhar um papel efetivo de acompanhamento do processo ensino-aprendizagem. Então, o que antes era apenas uma função burocratizada, limitada aos aspectos do Plano que exigia preenchimento diário de fichas e relatórios, agora começa a tomar caráter que realmente se relacionam com as atividades que devem ser desempenhadas pelo Supervisor Pedagógico, ou seja, uma função que tem como objetivo promover a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Em seguida, com a ampliação do PDE, as demais escolas foram recebendo um Supervisor Pedagógico lotado com 200 (duzentas) horas e responsabilizando-se inclusive pela formação dos professores.

Com a estruturação da Semec e criação da Diretoria de Ensino, esta passaria a coordenar o trabalho dos Supervisores Pedagógicos nas escolas. No decorrer do processo aconteceram algumas modificações e adequações, quando, por exemplo, a gratificação salarial para quem desempenhava tal função, em decorrência do último Plano de Cargos e Salários do Município, seria de 30%, o que levou novamente os profissionais a se dividirem por escolas lotados apenas com 100 horas. Com a versão final do Plano de Cargos e Salários esta gratificação ficou estabelecida em 40%, estando enquadrada como gratificação salarial de suporte pedagógico (sic). Atualmente, os supervisores estão lotados um em cada escola e sua atividade é coordenada pela Diretoria de Ensino.

1.3 Contextualizando o campo de atuação do Supervisor Pedagógico em Rondon do Pará

No contexto municipal a Supervisão Pedagógica busca apresenta-se como uma prática recente, desenvolvida principalmente por práticas partilhadas, ou seja, troca de experiências entre os Supervisores Pedagógicos que compõem a equipe de suporte pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.

A Diretoria de Ensino, composta por três técnicas de ensino, sendo uma delas licenciada em Letras, duas em Pedagogia e todas com pós-graduação em Supervisão Pedagógica, coordena a atividade do Supervisor Pedagógico, nas instituições de ensino fundamental da rede pública municipal, buscando através de reuniões de planejamento, acompanhamento e avaliação, direcionar o trabalho dos Supervisores Pedagógicos nas escolas.

Segundo a proposta oficial da Diretoria de Ensino/Secretaria Municipal de Educação, as atribuições do Supervisor Pedagógico perpassam por:

- Analisar junto ao professor o perfil da turma; [Análise realizada após a primeira avaliação, onde, observando-se as médias mais baixas busca-se verificar as conseqüências, quais as principais dificuldades e deficiências, na intenção de propor métodos alternativos para solucioná-las.]³
- Acompanhar o rendimento escolar dos alunos, analisando juntamente com os professores, as causas de baixo desempenho escolar, pesquisando suas origens e buscando soluções;

3. Tomando como base a experiência profissional de uma das pesquisadoras, presume-se que seja isto.

- Acompanhar e orientar os professores, propondo-lhes alternativas para a melhoria do trabalho docente;
- Elaborar em conjunto com o corpo docente e administrativo o planejamento anual das atividades do Estabelecimento de Ensino;
- Definir junto aos diretores e demais funcionários os materiais pedagógicos a serem adquiridos;
- Elaborar o plano anual de atividades de Serviço de Supervisão Pedagógico;
- Orientar a preparação e a utilização do material necessário à execução do planejamento pedagógico;
- Definir junto ao corpo docente e administrativo os critérios de avaliação da aprendizagem;
- Acompanhar o registro de informações nos diários de classe;
- Participar juntamente com os professores da seleção dos livros didáticos e outras matérias técnico-pedagógicas;
- Participar no processo de enturmação e definição de critérios para organização das classes e do horário das aulas, bem como da elaboração e aplicação com os professores de testes classificatórios;
- Manter atualizado o relatório de acompanhamento da Unidade Escolar;
- Atuar no desenvolvimento do currículo, assegurando o relacionamento e a ordenação seqüencial dos conteúdos;
- Organizar o serviço sob sua responsabilidade, a fim de que possa garantir a coordenação, assistência e controle do Corpo Docente no desempenho de suas funções;
- Promover estudos para o aperfeiçoamento constante de todo o pessoal envolvido no processo ensino-aprendizagem;

- Supervisionar a execução do Plano Pedagógico, a fim de que se processe a integração do Corpo Docente em relação a objetivos, conteúdos programáticos e técnicas de direção de aprendizagem, sistema de controle de aproveitamento e normas internas;
- Coordenar e convocar, com anuência da Direção, as reuniões do Corpo Docente e do Conselho de Classe e/ou escolar;
- Orientar os professores no planejamento e desenvolvimento de estudos de recuperação e de adaptação;
- Dar assistência às atividades extra-classe realizadas no Estabelecimento de Ensino;
- Responsabilizar-se, na esfera de sua competência, pela integração do Serviço de Supervisão Pedagógica com outros serviços do Estabelecimento de Ensino.

Conforme a legislação municipal, o Supervisor Pedagógico faz parte da equipe de suporte pedagógico da Secretaria Municipal de Educação. Tal equipe é composta por 10 (dez) supervisores pedagógicos, atuando um em cada escola pública de ensino fundamental⁴ e desempenhando funções que vão desde o acompanhamento do Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE, passando ainda pelo acompanhamento pedagógico das atividades da escola, até as que visam a formação dos educadores e demais agentes do processo educativo, portanto, atuará prioritariamente na coordenação, orientação e acompanhamento do processo pedagógico, sendo suporte para o educador.

4. Segue anexo tabela com a quantidade de professores e alunos por escola.

2. PROJETANDO UM IDEAL DE SUPERVISOR PEDAGÓGICO

2.1 O Supervisor Pedagógico como articulador da constituição da escola como Sujeito e projeto coletivo

Cada vez é mais aguda a consciência de que estamos vivendo mudanças profundas e que ainda não somos capazes de compreendê-las adequadamente. Educar, hoje, supõe colocar limites, enfrentar problemas, ensinar não apenas habilidades, conceitos e conteúdos variados, mas ensinar para a vida em sociedade, assegurando assim um futuro melhor e escapar à discriminação social. Tais aspectos dependem diretamente da qualidade da formação e da disposição dos educadores que a escola oferece.

Neste aspecto, pressupõe-se que cabe ao Supervisor Pedagógico da escola subsidiar o professor para que este amplie e desenvolva um trabalho significativo no que se refere ao desenvolvimento da aprendizagem. Assim como afirma FALCÃO FILHO (1994:42), a produção específica deste profissional advém, entre outras coisas, da sua contribuição ao processo ensino-aprendizagem, "uma vez que este é responsável por acessar o professor na investigação das variáveis psicossociais e político administrativas que interferem na relação professor aluno".

Sendo assim, visando a qualidade do processo ensino-aprendizagem, o ideal seria termos em nossas escolas uma Supervisão Pedagógica engajada numa atuação preocupada em auxiliar o docente, para que este desenvolva uma práxis pedagógica mais expressiva e prazerosa que se materialize através de atividades que proporcionem uma melhor aprendizagem do educando.

Para que isto ocorra faz-se necessário que educadores estejam atentos para a necessidade da contínua reflexão sobre as ações que realizam, tendo a consciência de que precisam constantemente transformar e modificar sua prática, no sentido de buscar aprimorá-la cada vez mais, pois é somente através da ação – reflexão – ação que podemos transformar a realidade educacional na qual estamos inseridos, ou seja, faz-se necessário que estejamos sempre buscando compreender a realidade em que atuamos, para percebermos as dificuldades que se colocam ao nosso trabalho e daí pensarmos as melhores formas de superá-las para alcançarmos aquilo que definimos como objetivos da escola.

Por um outro lado, compreendemos que o sucesso do processo educacional também está vinculado a existência da escola como sujeito coletivo, o que nos faz pensar na participação de outros sujeitos neste processo, como os pais, a comunidade externa e os demais profissionais da escola. A escola é sujeito e projeto coletivo. É sujeito coletivo porque ela tem que ser uma construção de todos os sujeitos que dela participam, gestores, técnicos, equipe de apoio, educandos, educadores, pais dos educandos e a comunidade na qual a escola está inserida com suas representações. É projeto coletivo porque ela tem que ser resultado das ações de todos esses sujeitos, e para ela se fazer projeto coletivo os sujeitos devem atuar como sujeitos coletivos, construindo o projeto em comum acordo, por objetivos comuns, buscando questões comuns. Para que isso aconteça, além de existir um processo em que todos estejam em um nível de poder de decisão e de participação, as pessoas têm que estarem conscientes do que se quer alcançar. Caberá ao Supervisor Pedagógico, possibilitar a todos os agentes que atuam na escola, participar deste processo nas mesmas condições, com informações e instrumentos que permitam tal participação em condições iguais.

Daí acreditarmos que para se conseguir alcançar um processo educacional de qualidade temos que buscar inicialmente a construção de uma consciência crítica sobre os reais objetivos (papel) da escola e a defesa do princípio da ação coletiva (organizativa e dinâmica) como forma de assegurar a participação e responsabilidade dos demais sujeitos da comunidade escolar com o processo educacional desenvolvido pela escola. Acreditamos que só conseguiremos dar passos significativos para a mudança rumo ao ensino de qualidade quando estivermos todos envolvidos em um trabalho coletivo, trabalho em equipe em prol da escola, do sucesso das atividades que ela realiza que e da satisfação de todos que dela fazem parte.

Pressupondo as observações da pesquisa nas escolas de Rondon do Pará em frente a essas características esperamos encontrar uma compreensão do papel do Supervisor Pedagógico de acordo com o que se espera, ou seja, o de acompanhar todo o processo ensino-aprendizagem, auxiliando o professor e coordenando a organização do trabalho pedagógico desenvolvido pela escola. Mas, também se espera contradições, em se tratando da realidade de Rondon no que se refere ao trabalho desse profissional, pois, sabemos que há uma carência de mais profissionais para atuarem nas escolas.

Compreendemos que o sucesso de todo este processo depende em grande parte de uma atuação crítica e criativa por parte dos profissionais que atuam como Supervisores Pedagógicos, envolvidos com a organização do trabalho pedagógico.

Quanto à organização da atividade de tais profissionais surgem as reclamações do dia-a-dia dos supervisores, que na sua grande maioria, sentem-se

sozinhos, tendo que transpor diversas barreiras e desempenhando várias funções, o que acaba por acarretar questionamentos sobre sua efetiva identidade profissional.

Buscando referenciar o que enfatizam alguns autores quanto a variedade de funções do Supervisor Pedagógico, relatamos algumas definições negativas do papel do Supervisor, qual seja, por aquilo que ele não é, ou não deveria ser:

"O Supervisor Pedagógico não é o fiscal de professor, não é dedo-duro (que entrega os professores para a direção ou mantenedora); não é pombo-correio (que leva recado da direção para os professores e dos professores para a direção); não é coringa/tarefeiro/quebra-galho/salva-vidas (ajudante de direção, auxiliar de secretaria, enfermeiro, assistente social, etc); não é tapa buraco (que fica toureando os alunos em sala de aula no caso de falta de professor); não é burocrata (que fica às voltas com relatórios e mais relatórios, gráficos, estatísticas sem sentido, mandando um monte de papéis para os professores preencherem – a "escola de papel"); não é de gabinete (que está longe da prática e dos desafios efetivos dos educadores); não é dicário (que tem dicas e soluções para todos os problemas, uma espécie de fonte inesgotável de técnicas, receitas); não é generalista (que entende quase nada de quase tudo). (VASCONCELLOS, 2002:87).

Diante disto, a idéia que contraria tais definições e evidencia o papel positivo da função supervisora é a de que o supervisor pedagógico tem que atuar como agente da formação dos professores, trabalhando na perspectiva da construção da compreensão e prática da formação em trabalho, sendo esta a idéia de fazer da investigação sobre a sua prática, um momento de coletar informações que lhe permita construir conhecimentos que contribuam para a sua capacitação e dos educadores.

2.2 O Supervisor Pedagógico como Educador do Educador

A Supervisão Escolar apenas recentemente passou a emitir sinais de que seu significado e seus propósitos tornavam-se objeto de discussão entre seus praticantes, em função da origem de sua identidade profissional está ligada ao poder e controle autoritário do processo educativo, há a necessidade do Supervisor Pedagógico assumir uma postura de autocrítica constante sobre seu trabalho, buscando o exercício da práxis (*que é enquanto ação educativa intencionalizada, crítica e criativa*), para que desta forma possa também buscar conquistar a confiança dos educadores e se colocar como mediador entre estes e a reflexão sobre o trabalho docente e o contexto pedagógico, contribuindo assim para que os professores sejam, também, sujeitos de práxis e possibilitador de aprendizagens críticas e criativas junto aos seus educandos.

Nesta perspectiva, o Supervisor Pedagógico surge como alguém que deve auxiliar e coordenar a organização do trabalho pedagógico desenvolvido pela escola. É o profissional que deve contribuir para criar condições que permitam o sucesso do processo ensino-aprendizagem, que deve se colocar como uma referência para o educador e as demais pessoas que fazem parte da escola.

Como afirma VASCONCELLOS (2002, p.88), devemos entender o Supervisor Pedagógico como um intelectual orgânico do grupo que compõe a, sua práxis, portanto, comporta a dimensão reflexiva, organizativa, conectiva, interventiva (*no sentido de propositiva de direcionadora e não de ruptura*) e avaliativa do processo educativo, devendo estar a serviço da inserção dos outros sujeitos da escola nesta dimensão. Nesta medida, nos afastamos daquela postura de controle burocrático, caminhando em direção ao do educador do educador.

Sua função seria, portanto, de um profissional que deve estar comprometido com a reflexão sobre os significados e as implicações das questões sócio-política-culturais sobre a organização e desenvolvimento do processo educativo e de socializar este debate com os outros sujeitos que compõem a escola, na busca de que se possa compreender coletivamente a realidade em que a escola está inserida e de construir soluções para os desafios postos à atividade por ela desenvolvida. Assim ele poderia afirmar seu papel de educador do educador.

Cabe ao Supervisor Pedagógico em seu trabalho de supervisão e orientação educacional, atuar como mediador entre a organização e reflexão do cotidiano escolar e o trabalho do professor em sala de aula, tendo em vista o (re)pensar constante do fazer do ensino (prática pedagógica) e a conquista de um processo de ensino que possibilite aos educandos uma aprendizagem significativa. Nesse aspecto o Supervisor Pedagógico deve atuar como estimulador e organizador de condições e ambientes pedagógicos que permitam a discussão e reflexão sobre o contexto social e as problemáticas que nele existem, e de que forma essas problemáticas interferem no processo educativo desenvolvido pela escola que se inserem dentro deste contexto, que permitam a reflexão sobre o contexto social, e a escola inserida neste contexto e como as problemáticas que existem neste contexto interferem no processo educativo desenvolvido pela escola, estimulando assim entre eles o exercício da práxis pedagógica.

Entendemos que trabalho docente é uma prática social, onde as ações no interior da escola e da sala de aula implicam na formação do educando enquanto cidadão participativo, crítico e criativo. O professor tem que se sentir sujeito do seu próprio trabalho, o que significa dizer que o professor deve se sentir e se assumir como sujeito do seu próprio trabalho, como o sujeito que pensa sobre o fazer,

planejar o fazer e assim ser capaz de avaliar, e repensar o tal fazer para refazê-lo, de uma forma que seja mais coerente com os objetivos traçados para a educação, tendo em vistas o sucesso do processo pedagógico. Sendo a escola um espaço de ação do trabalho docente, não estando a escola desvinculada do cotidiano da vida social mais ampla, há que se entender que o trabalho docente é influenciado pelo cotidiano e se transforma, transformando esta mesma realidade ao mesmo tempo em que ele é influenciado pelas transformações dessa realidade. Daí a exigência de um sujeito professor que seja capaz de pensar a realidade da escola para pensar a sua prática e então ser capaz de ir avaliando a sua prática, refazê-la constantemente. Se colocando como sujeito da transformação da sua prática, que ao ser transformada tem capacidade também de transformar o meio em que ela existe, onde o fazer pedagógico se revela no seu cotidiano da ação docente.

O trabalho docente constrói-se e transforma-se no cotidiano da vida social. O trabalho docente é ao mesmo tempo influenciado pelo cotidiano da vida social e influenciador desse cotidiano, ou seja, ele se molda a partir das influências que o cotidiano social coloca sobre ele e este tem a capacidade de reproduzir ou de modificar esse cotidiano social, e através dessa mudança terá mais ou menos a direção que auxiliara no sucesso da escola. Ou seja, toda a ação humana é influenciada pelo contexto social que ela se insere, pelo conjunto de coisas e fatores que existem dentro deste contexto, estando a escola dentro de um contexto social a ação docente como prática humana ela também é influenciado pelo contexto social macro que influencia na existência do contexto social da escola, então a prática do professor, a prática docente é uma prática condicionada, influenciada por questões sócio políticas, culturais econômicas.

A transformação da realidade social se dá na medida em que esse sujeito que tem sua prática condicionada ganha consciência sobre os fatores que condicionam, influenciam e interferem na sua prática, e ao adquirir essa consciência ele será capaz de reelaborar a sua prática docente considerando esses fatores e aí ao reelaborar a sua prática ele vai buscando alternativas que permitam superar os obstáculos, desafios, interferências que advém do contexto social que esta inserida. A transformação da realidade social se dá a partir das atividades que buscam suprir as necessidades práticas do homem social.

2.3 O Supervisor Pedagógico como estimulador da Formação em Continuum, da Produção de Saberes Pedagógicos e do Exercício da Práxis Docente.

Essa tomada de consciência e reelaboração da prática com alternativas no intuito de superar os problemas existentes é o que se pode afirmar o exercício da práxis, ou seja ação-reflexão-ação, logo não seria uma ação qualquer, mas sim uma ação pautada na reflexão e reelaboração crítica, consciente, educativa e dotada de intencionalidade sobre a prática docente, capaz de transformar a ação docente em uma nova prática. Práxis é a tomada de consciência sobre o ser condicionado na qual essa consciência nos permita pensar sobre a condição condicionada e sobre o que fazemos e assim criarmos uma nova forma de fazer, quando isso acontece está desenvolvendo a práxis, ou seja, a tomada de consciência sobre o espaço e o tempo que o educador está inserido e a partir daí desenvolver alternativas diferentes, refazer a sua prática. Ou seja, práxis pedagógica envolve consciência da prática, envolve formação em continuum e envolve saberes pedagógicos.

Através dos saberes pedagógicos que são construídos pelo professor, no cotidiano de seu trabalho, no fazer pedagógico, no exercício da docência, que o professor fundamenta e constrói sua ação docente, pensa e reflete sobre o contexto onde atua, e assim o resultado desta construção será a expressão da sua prática. Saberes pedagógicos seriam os conhecimentos advindos de uma prática docente que auxiliados por conhecimentos científicos permitem o refazer da prática pedagógica. São conhecimentos construídos no campo da prática do fazer pedagógico, são alternativas pensadas e práticas que permitem a superar os desafios, limites e obstáculos postos ao processo de ensino, quando o professor faz esta reflexão e produz alternativas ele está produzindo saberes pedagógicos.

Enfatizamos dessa maneira a idéia de que o Supervisor Pedagógico deverá atuar como agente da formação dos professores, trabalhando na perspectiva da construção da *formação em continuum*⁵, onde ao professor caberá fazer da investigação e reflexão da prática o momento de coletar informações que permitam a ele construir conhecimentos que permitam melhor compreender as atividades e assim melhor desenvolvê-las. Contribuindo assim para sua capacitação, ou seja, uma formação permanente, onde o professor irá analisar de forma crítica o seu trabalho para repensa-lo e refazê-lo. A formação em continuum se constitui na vivência da atividade docente, no trabalho vivido no cotidiano docente, e na reflexão desta ação e sobre o contexto que ela se realiza. Em se tratando da formação continuada, conceituam-na como "o processo dinâmico por meio do qual, ao longo do tempo, um profissional vai adequando sua formação às exigências de sua atividade profissional". (ALARCÃO, ... p. 100), uma vez que um dos objetivos desta formação está no sentido de ensinar e educar.

Portanto, compreende-se que o trabalho de Supervisão Pedagógica:

(..) deve se desenvolver como estimulador da formação em continuum dos docentes, ou seja, como um processo que tem por objetivo prestar ajuda técnica no planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades educacionais em nível de sistema ou de unidades educacionais, tendo em vista a unidade das ações pedagógicas, o melhor desempenho e o aprimoramento permanente do pessoal envolvido na situação ensino aprendizagem" (PRZYBYISKY, 1982, p.24).

A função do Supervisor Pedagógico deve ir além da simples orientação ao professor, ou seja, ela incorpora o acompanhamento e o monitoramento de todo o processo organizativo do trabalho pedagógico da instituição. Seu papel não é só de atuar na formação contínua dos professores, mas também de acompanhar e refletir

5. A formação em continuum é a formação em trabalho, no momento da ação, formação em ação, é o pensar constante sobre a prática que permite o refazer da prática a formar uma nova prática (práxis). Ou seja, a formação em continuum se constitui em um exercício de práxis e na produção consciente de saberes pedagógicos.

sobre o trabalho em sala de aula, orientando pedagogicamente professores, alunos, pais e demais funcionários da instituição. Desta forma, nos deparamos com a comunidade em que a escola está inserida e encontramos mais um campo de atuação da supervisão, uma vez que aí estão envolvidos processos de aprendizagem aos quais o supervisor pedagógico deverá estar atento, ou seja, é preciso que o supervisor pedagógico esteja atento aos conhecimentos que se constroem na comunidade, aos espaços de construção de aprendizagem, as experiências de aprendizagem que são comuns na comunidade, para que ele possa fazer dessas temáticas, conteúdos para serem discutidos junto aos professores. Porque assim ele poderá articular essas experiências com o conhecimento que ele tem sobre estas experiências, o conhecimento que ele tem das aprendizagens que as crianças já adquiriram, e assim ele pode articulá-los numa discussão junto aos professores então, estimular a reflexão dos professores sobre esses conhecimentos. É por isso que é importante o conhecimento do conteúdo disciplinar porque o supervisor pedagógico estando a par deste conhecimento ele tem a base do conhecimento docente, a base do conhecimento para o exercício docente, no entanto há necessidade do conhecimento pedagógico em geral e o supervisor pode fazer isso embora este vínculo não se esgote na figura do supervisor, enquanto relação educativa merece atenção também por parte deste.

Por certo, o conhecimento do conteúdo disciplinar é à base do conhecimento docente, mas também como já foi salientado há necessidade do conhecimento pedagógico em geral, do domínio dos princípios pedagógicos comuns às várias disciplinas e que se manifestam na maneira como o professor organiza as atividades em sala de aula, o que reforça a necessidade do professor trabalhar interdisciplinarmente (*conhecimento do currículo*), relacionando e contextualizando

disciplinas, no sentido de torná-las mais compreensíveis aos educandos (*conhecimento acerca do aluno e de suas características*).

Neste sentido, o Supervisor Pedagógico desempenha papel determinante enquanto estimulador, facilitador e mobilizador deste processo, uma vez que entendemos que a formação em trabalho (*formação em continuum*) implica inovação, reelaboração do fazer, mudança e abandono de hábitos adquiridos ao longo de anos de práticas distorcidas e sem relevância condizente às necessidades dos educandos. Então, o Supervisor Pedagógico precisa se colocar em condição de facilitador deste processo, mediando a construção da reflexão dos docentes sobre a sua atuação, ajudando-os a identificar problemas e a planejar as estratégias para resolução dos mesmos. Reforçando assim, a idéia do supervisor pedagógico enquanto educador do educador. Este mesmo processo proporciona também o crescimento profissional do supervisor, pois tal como o professor, ele aprende ensinando.

Nesta perspectiva é que várias pesquisas têm apontado que...

o que sobressai, como principal fator para o sucesso da escola, é a presença de um supervisor que vê sua tarefa como essencialmente pedagógica, que está junto com os professores, discutindo com eles e buscando as soluções, conhecendo as crianças, enfim, o fato de a escola contar com alguém preocupado com o ensino e que busca meios de auxiliar o professor a tornar a sua tarefa menos árdua, contribui sobremaneira para o sucesso da escola.”(MEDIANO, apud Vasconcellos, 1990:83).

Cabe ainda ao supervisor mediar o processo em que os professores construam a consciência da necessidade de um trabalho coletivo, transformador, criativo, desenvolvido num clima democrático e participativo, onde a ação revestida de um caráter participativo esteja voltada para o desenvolvimento da autonomia do indivíduo, tanto professor como dos outros sujeitos, com vistas à compreensão de sua responsabilidade social e educacional. Confirma-se então, a idéia e o princípio

de que o supervisor não deve ser um “técnico” encarregado de controlar a “eficiência do trabalho”, ou seja, um “controlador de produção”, sua função e seu papel devem se caracterizar pela assunção de uma posição social e politicamente maior, de agente, de coordenador, que estimula o grupo à compreensão – contextualizada e crítica - de suas ações e também de seus direitos.

Nesta perspectiva, o Supervisor Pedagógico tem que estar sempre buscando uma formação baseada na reflexão crítica sobre o contexto pedagógico, na participação coletiva e no estímulo à práxis pedagógica entre professores, visando criar um ambiente educativo propício à aprendizagem significativa por parte dos educandos.

A escola precisa se ater para que ela desempenhe sua função de escola, precisa se afirmar como projeto coletivo, um projeto que pertença aos sujeitos que fazem a escola e a comunidade em que a escola existe.

O trabalho do Supervisor pedagógico é articular ações que permitam a constituição desse sujeito coletivo, articular ambientes, articular atividades, articular mecanismos que permitam aos sujeitos que compõe a escola, a se ocuparem da discussão coletiva sobre a escola e da preposição de ações coletivas para fazer a escola. Então o Supervisor Pedagógico deve-se colocar como articulador mediador da escola como um sujeito coletivo para que aí ele possa contribuir para que os sujeitos coletivos constituam ou elaborem um projeto coletivo da escola. Ele é articulador desse processo que permite ao educador se tornar sujeito de práxis pedagógica.

Consideramos que o Supervisor Pedagógico deverá ser o articulador entre as áreas de conhecimento e da vinculação do trabalho pedagógico aos objetivos da escola, ou seja, sua ação deverá na construção e acompanhamento do

desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico, que por sua vez, caracteriza-se no currículo e nas metodologias de ensino, requerendo além das ações ou atividades de formação em continuum (que irão aprimorar a qualidade do trabalho com os alunos na sala de aula), os planos de ensino e as práticas de gestão, e formas de ajuda pedagógica aos professores por parte da Supervisão Pedagógica.

O Projeto Político-Pedagógico resulta de práticas participativas. O trabalho coletivo, a gestão participativa, é exigência ligada à própria natureza da ação pedagógica, pois, irá propiciar a realização dos objetivos e o bom funcionamento da escola. O Projeto Político-Pedagógico, assim entendido, será ingrediente do potencial formativo das situações de trabalho.

Desse modo, o Supervisor Pedagógico responderá pelo o trabalho pedagógico e por sua integração e articulação entre áreas de conhecimentos (interdisciplinaridade) com os professores, em função da qualidade do ensino. Portanto, dentro desta perspectiva, o Supervisor Pedagógico será o coordenador, mobilizador, articulador e orientador de todo o processo ensino-aprendizagem, bem como, agente estimulador da práxis do professor, refletindo sobre a realidade (considerando o ideal e o possível), partindo assim, para construção de soluções para os problemas, para que cheguem a uma situação ideal de qualidade de ensino.

3. DO PENSADO AO CONCRETO: CAMINHOS DA PESQUISA

A pesquisa em questão foi pautada pela busca de conhecer e refletir sobre o papel desempenhado pelo Supervisor Pedagógico nas escolas da rede municipal de ensino de Rondon do Pará, conseqüentemente examinou criticamente a prática que se desenvolve e investigou as situações e as condições que poderiam contribuir para a melhoria qualitativa dessa prática.

A idéia inicial e o interesse em pesquisar sobre o assunto partiram da vivência profissional de uma das autoras do presente Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, pois o contato com tal realidade acabou por possibilitar conflitos e gerou a intenção de refletir sobre, o que de certa maneira proporcionará aos atuais ocupantes desta função, maior reflexão sobre o assunto. O processo de construção deste trabalho de pesquisa se deu inicialmente pela definição e delimitação do tema, aproveitando em partes o projeto de pesquisa iniciado nas disciplinas Seminário de Pesquisa I e II.

Inicialmente realizamos o estudo bibliográfico para a construção do referencial teórico e do histórico da atividade do Supervisor Pedagógico, para tal, levantamos os aspectos desta função e através de relatos empíricos chegamos a origem e a atuação do Supervisor Pedagógico no município de Rondon do Pará.

A pesquisa de campo se realizou em duas escolas públicas, por entendermos que o nosso compromisso é levantar e responder os problemas que atingem o ensino público. Estas por sua vez são escolas de Ensino Fundamental, sendo uma de 1ª a 4ª série e a outra de 1ª a 8ª série, aqui denominadas como Escola X e Escola Y respectivamente. Buscamos selecionar escolas que apesar de oferecer o mesmo nível de ensino apresentassem características divergentes, esta

seleção foi feita com intenção de verificar também como as diferentes realidades influenciam no andamento do processo ensino-aprendizagem e na obstaculização ou não da ação do Supervisor Pedagógico.

Ressaltamos que mesmo sendo realizada a pesquisa em apenas duas das dez escolas da rede pública municipal – zona urbana, todos os dez supervisores pedagógicos que atuam nestas escolas públicas acima mencionadas e que fazem parte do Quadro de Suporte Pedagógico da Semec, serão sujeitos pesquisados. Na tentativa de refletir sobre a problemática da pesquisa buscamos relatos de tais profissionais, falando sobre a concepção e compreensão do papel do Supervisor Pedagógico nos estabelecimentos de ensino, através de entrevistas escritas realizadas por meio de questionários, relatos orais e observação, onde foi possível identificar como os mesmos buscam desempenhar sua função.

A pesquisa esteve centrada em dois momentos:

Pesquisa Bibliográfica – pautada na definição teórica sobre a Supervisão Pedagógica; resgate histórico da Supervisão Pedagógica no Brasil e no município do Rondon do Pará; dados oficiais da legislação vigente, buscando a visão institucional da função do Supervisor Pedagógico e a proposta de organização do trabalho pedagógico realizada pela Diretoria de Ensino, órgão responsável pela definição e acompanhamento da função supervisora nas escolas do município e Secretaria Municipal de Educação, entidade mantenedora e responsável pelo Sistema Municipal de Ensino.

Pesquisa de campo – através de entrevistas com os seguintes sujeitos pesquisados;

Supervisores Pedagógicos - por serem os sujeitos da ação;

Educadores – para quem se direciona as atividades dos Supervisores Pedagógicos;

Técnicos de ensino da Semec – por coordenar, sugerir e contribuir para a realização da atividade do Supervisor Pedagógico.

Os mesmos emitiram relatos acerca do papel desempenhado pelo Supervisor Pedagógico, dados sobre o trabalho dos mesmos, falas e observações objetivando a compreensão crítica sobre a atividade do Supervisor Pedagógico, reflexão pessoal de sujeitos que vivenciam as contradições de estar na posição de Supervisor Pedagógico, de ler e estudar sobre e de se deparar com as várias situações que acabam por negar o que pensamos a respeito do assunto, e ainda, a reconstituição e contextualização histórica de tal atividade em Rondon do Pará, enfatizando como esta se iniciou e como se dá agora.

Realizamos observação das escolas pesquisadas, atentas para as questões relacionadas à estrutura física, composição do corpo técnico-administrativo e docente, condições de trabalho, organização e execução das atividades dos Supervisores Pedagógicos, ou seja, a realidade que cada uma apresenta.

Relatamos ainda, reflexões feitas através dos Relatórios do Estágio Supervisionado, construídos pelos acadêmicos do curso de Pedagogia 99 da UFPA, Núcleo Universitário de Rondon do Pará e resultado da disciplina Estágio Supervisionado, ministrada no período de setembro a novembro com o objetivo de permitir a vivência e reflexão sobre a prática profissional dos discentes no âmbito da organização, orientação e Supervisão Pedagógica nas escolas de ensino fundamental, no intuito da aquisição de experiências que enriqueçam a formação dos mesmos. Tal disciplina se realizou através de atividades de estágio profissional (50 h) e da elaboração do Relatório do Estágio Supervisionado e teve sua

culminância com a realização do debate “A Atividade Profissional do Supervisor Pedagógico em Questão”, realizado na sala de vídeo da E.E.E.M. Dr. Dionísio Bentes de Carvalho em 22/01/04 às 18:00 horas.

A interação entre sujeito e objeto de pesquisa assumiu grande importância na coleta e análise dos dados, uma vez que nos preocupamos em conseguir com que os sujeitos pesquisados conseguissem manifestar-se de maneira clara e para tanto acreditamos que conseguimos passar confiança, pois nossa aproximação esteve pautada na aceitação pelos sujeitos pesquisados.

Quanto ao tempo e condições necessários para a realização dos relatos e das observações, estes dependeram de diversos fatores, entre eles a disponibilidade do grupo. Enfatizando além da observação do cotidiano e estrutura da escola que durante a pesquisa de campo a atenção à subjetividade, às questões que permeiam as relações constituídas do grupo, foi fator de extrema importância para que conseguíssemos perceber mais profundamente as contradições que marcam a existência profissional do Supervisor Pedagógico.

Entendemos que observar o cotidiano escolar é enfrentar algumas dificuldades, uma vez que este se dá de maneira dinâmica e não possível de intervenções por parte do pesquisador, para que possamos aproximar ao máximo nossas reflexões quanto a situação real, no entanto, tal ação é de certa maneira perigosa, uma vez que ao entrarmos em tal realidade, nesta ocorrerá mudanças, por outro lado, inevitavelmente nossas observações estarão pautadas em pressupostos teóricos e a realidade pode distanciar-se do que esperamos encontrar. Podemos afirmar ainda que observar é interpretar os fatos e ações, tentando captar os fatores que os constituem e suas contradições.

Apesar da pesquisa de campo ter acontecido em alguns momentos públicos, como reunião realizada pela Diretoria de Ensino para avaliação anual do trabalho dos Supervisores Pedagógicos, momento este, destinado à reflexão sobre o papel e atuação deste profissional (ver anexos) e encerramento da disciplina Estágio Supervisionado, optou-se pela não revelação das identidades dos sujeitos pesquisados para preservação da integridade profissional dos mesmos.

Para auxiliar no registro das observações utilizamos fichas de observação, onde procuramos registrar os elementos que serviram de apoio para elaboração do trabalho. Tais fichas tiveram grande utilidade ao observarmos a estrutura física das escolas, bem como as atividades do Supervisor Pedagógico.

A entrevista também foi um dos instrumentos para coleta de dados utilizada nesta pesquisa. As perguntas foram elaboradas em questionários com perguntas abertas, distribuídas aos profissionais e não abrigavam a pretensão de rigidez e de induzir a resposta dos entrevistados. Em um segundo momento, realizamos entrevistas gravadas com os educadores, na intenção de que os relatos ocorressem através de conversa informal, o que possibilitou maior naturalidade as falas dos mesmos.

Fizeram parte significativa desta pesquisa o corpo docente e administrativo da escola, uma vez que estes também estão envolvidos diretamente na organização do trabalho pedagógico, e visando obter tais informações sobre a compreensão e o papel do supervisor pedagógico, aplicamos questionários diferenciados, sendo um modelo para vinte educadores de 1ª a 8ª série, 30% (trinta por cento) do total de cada uma das duas escolas da rede pública municipal, um modelo para os 10 Supervisores Pedagógicos e um outro modelo para 4 representantes da Diretoria de Ensino e Secretaria Municipal de Educação e as

perguntas enfocaram principalmente a definição do papel do Supervisor Pedagógico, a concepção, o trabalho realizado por este profissional e a organização, finalidade e acompanhamento da atuação dos mesmos.

A vivência e a experiência profissional de uma das pesquisadoras contribuíram no sentido de oferecer embasamentos que nos permitiram descartar alguns procedimentos e valorizar outros, além de oferecer subsídios para reflexões acerca do papel que o supervisor pedagógico deve desempenhar na escola.

Todo o processo de construção desta pesquisa esteve pautado no intuito de que o tema seja realmente útil enquanto causador e problematizador de questões que de fato venham a despertar nos agentes que desempenham tal função, e ainda, outros que estejam diretamente ligados a ela, momento de reflexão e respostas para muitas dúvidas. Outrossim, não queremos findar tais dúvidas e discussões, e sim, extrair das respostas outras dúvidas que possibilitem outras reflexões acerca de um tema tão desafiador.

Na realização da pesquisa avaliamos como ponto negativo a falta de interesse de alguns dos sujeitos pesquisados, uma vez que surgiram algumas dificuldades no recebimento dos questionários de pesquisa. Como ponto positivo, destacamos o entusiasmo de alguns e o interesse tanto pelo assunto quanto em saber posteriormente sobre os resultados obtidos. Os mesmos solicitaram que após conclusão deste trabalho, fosse realizado um "feedback", ou seja, sendo conhecedores dos resultados possam rever suas ações e principalmente saber como são vistos e se têm alcançado resultado com seu trabalho.

3.1 Caracterização das escolas pesquisadas

Quanto à descrição do espaço onde foi realizada a pesquisa de campo, enfatizamos que tal pesquisa buscou questionar alguns elementos, realizando a análise de um pequeno recorte dos complexos processos existentes nas escolas públicas de Rondon do Pará quanto à atuação do Supervisor Pedagógico.

Portanto, a pesquisa foi realizada em duas escolas assim organizadas:

A escola X de 1ª a 4ª série é uma das mais recentes no município, no entanto, sempre funcionou em um prédio que apresenta uma estrutura física não adequada ao fim a que se destina, ou seja, uma escola.

Está localizada no centro da cidade, recebe alunos vindos principalmente do Bairro Parque Elite e alguns da zona rural. Estes são em sua maioria alunos carentes, vindos de famílias de classe baixa, no entanto, alguns são de classe média e apesar de não oferecer uma boa estrutura física a escola é bem aceita pela comunidade da qual faz parte.

Sua estrutura física está organizada em dez salas de aula cobertas com telhas de amianto, sendo que quatro destas salas são construídas de madeira. As salas são quentes e abafadas, o que dificulta em parte o processo ensino-aprendizagem, pois tanto educandos quanto educadores reclamam a respeito. A parte administrativa é improvisada e secretaria, diretoria e sala de Supervisão Pedagógica funcionam no mesmo local. A escola possui ainda 1 sala de professores, 1 cozinha, 1 depósito para alimentos, 2 banheiros e 1 pequena quadra para recreação descoberta, localizada numa área muito próxima a todas as salas de aula, o que de certa maneira, dificulta seu uso.

Existem 16 turmas de 1ª a 4ª série, atendendo um público de 548 alunos e quadro de pessoal que consta 16 professores, 1 diretora, 1 Supervisora Pedagógica, 1 secretária, 6 serventes, 2 vigias e 2 auxiliares de secretaria e funciona nos turnos matutino e vespertino.

Quanto a formação do corpo docente e administrativo, 9 professores são habilitados em nível médio Magistério e 7 são licenciados, a diretora é licenciada em Pedagogia e a Supervisora Pedagógica licenciada em Formação de Professores da Educação Básica.

Segundo seu Projeto Político-Pedagógico, em sua proposta a escola X enfatiza que se deve buscar e incentivar o desenvolvimento, o interesse humano e social dos alunos, propondo uma concepção de escola para que tenham prazer em estudar e aprender, fazer com que o aluno caminhe na busca do conhecimento, interpretando sua própria realidade, preparando-se para o mundo.

Com os projetos a serem colocados em prática, a visão de futuro é uma escola ampla onde deixemos para trás um ensino conservador, voltado à aprendizagem com mais aulas inovadoras, criativas e diversificadas, deixando os alunos usarem seu raciocínio crítico e reflexivo.

A escola Y de 1ª a 8ª série faz parte da rede pública municipal, mas funciona em um prédio estadual. Localizada no Bairro Guanabara e atende alunos deste, do bairro Gusmão, Miranda, Jaderlândia e centro da cidade. Quanto as condições sócio-econômica dos mesmos é bem variada, existindo alunos de classe baixa à média alta.

De acordo com o número de alunos, é uma escola de grande porte e consta com uma estrutura física bem organizada. Possui 11 salas de aula construídas em alvenaria, cobertas com telhas de barro e ventilação e iluminação

adequadas. Ressaltam-se as condições de algumas partes do prédio devido ao longo tempo em que foram construídas. A escola possui ainda 1 secretaria, 1 diretoria, 1 biblioteca, 1 sala de vídeo, 1 sala de professores, 1 pátio coberto para recreação, 1 cozinha e 1 depósito para alimentos.

São 12 turmas de 1ª a 4ª e 11 de 5ª a 8ª séries, atendendo um total de 1001 alunos e em seu quadro de pessoal há 29 professores, 1 diretora, 1 vice-diretora, 1 supervisora pedagógica, 1 secretária, 5 auxiliares de secretaria, 12 serventes, 2 vigias e funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno.

Quanto a formação do corpo docente e administrativo, 16 professores são habilitados em nível médio – Magistério e 13 são licenciados, a diretora é pós-graduada em Supervisão Escolar, a vice-diretora em Formação de Professores da Educação Básica e a Supervisora Pedagógica em Pedagogia.

Em seu Projeto Político-Pedagógico, sua proposta é de que a escola busque integrar o processo ensino-aprendizagem à ação, à prática voltada para a realidade dos alunos, buscando encadeamento lógico de idéias que permitam o desenvolvimento contínuo do conhecimento do educando, utilizando experiências e situações vivenciadas pelos alunos.

A escola prima pela melhoria na qualidade de ensino, buscando fazer um trabalho crítico e inovador, visando a formação de cidadãos críticos e conscientes e pela valorização do trabalho em parceria, respeitando a dignidade individual de cada um, buscando ter uma comunicação aberta e direta com sua equipe de trabalho, alunos, pais e comunidade.

As duas escolas participam de alguns programas como o Plano de Desenvolvimento da Escola PDE, este por sua vez propicia ações voltadas principalmente para a capacitação dos professores (em Avaliação, Metodologias de

diversas disciplinas, Relações Interpessoais, Projeto Projeto-Político, etc.), projetos inovadores, aquisição de materiais que irão auxiliar os professores no desenvolver de aulas inovadoras e criativas.

4. SOBRE A ATIVIDADE DE SUPERVISÃO PEDAGÓGICA EM RONDON DO PARÁ: A PERCEPÇÃO DOS EDUCADORES, SUPERVISORES PEDAGÓGICOS, TÉCNICOS E SEMEC

Durante a pesquisa foram realizadas entrevistas que perguntavam sobre o que os educadores, técnicos da Diretoria de Ensino/Semec Municipal de Educação e Supervisores Pedagógicos, pensavam na tentativa de definir uma compreensão coletiva do papel deste profissional, a partir do olhar dos agentes participantes do processo educativo⁶ em Rondon do Pará. Segue neste capítulo a análise e reflexão sobre:

O PAPEL/FUNÇÃO DO (A) SUPERVISOR PEDAGÓGICO

No que tange a percepção dos profissionais da educação entrevistados sobre o papel do Supervisor Pedagógico, no geral sendo que os professores em sua maioria demonstraram uma compreensão do papel do Supervisor Pedagógico na qual este deveria desempenhar o *“acompanhamento, orientação, articulação e dinamização junto ao trabalho do professor no processo ensino-aprendizagem”*. O trabalho do Supervisor Pedagógico tem sido considerado importante para o sucesso do processo ensino aprendizagem, pois se nota que todos têm a consciência que este profissional além de auxiliar e orientar o professor ele pode estimular os educadores a refletirem sobre sua postura, bem como, suas ações profissionais. Mas presencia-se uma divergência nas falas da minoria dos professores, na qual atribuíram uma determinada responsabilidade ao Supervisor Pedagógico como se

6. Agentes participantes do processo educativo compreendidos como profissionais e trabalhadores de educação.

ele fosse responsável por determinadas obrigações [obrigações estas, não relatadas] dentro do processo de ensino, que não dependeria apenas deste e sim de todos, incluindo, os próprios. Para os educadores

“Colaborar com o trabalho do professor no processo ensino/aprendizagem, articulando e dinamizando encontros para discussão e reflexão da prática pedagógica”. (Professor c)

“É tentar dar conta das inúmeras obrigações [nas quais não foram relatadas] e problemas que no decorrer do tempo vão surgindo dentro do estabelecimento de ensino. É estar sempre atento aos erros e acertos dos professores e corrigi-los quando necessário”. (Professor f).

“Supervisor deve levar os educadores a conscientização da necessidade de uma nova postura e acreditar na possibilidade de transformar a realidade através da mudança de sua prática em sala de aula, bem como, planejar e organizar as atividades que serão realizadas na escola”. (Professor c)

“Um trabalho de parceria com toda a comunidade escolar, mas mais voltado para a orientação ao professores e desempenho dos educandos”. (professor d)

Presencia-se também a compreensão do Supervisor Pedagógico como articulador e estimulador da práxis pedagógica, nos relatos dos próprios supervisores atuantes nas escolas de Rondon do Pará.

A maioria dos Supervisores Pedagógicos compreende que seu papel/função tem sido o de auxiliar o professor e gestor escolar no andamento do processo ensino-aprendizagem. Segundo eles devendo sua atuação estar pautada na análise do nível de aprendizagem da turma, na contribuição para interação entre escola e comunidade, em auxiliar na elaboração do Projeto Político Pedagógico e incentivar a formação do professor.

“O Supervisor Pedagógico é o gerenciador do processo ensino aprendizagem na instituição escolar”.(Supervisor 2)

[Devendo ele] “Acompanhar o rendimento escolar dos alunos, fazendo análise juntamente com o professor do perfil da turma, elaborar juntamente com o corpo docente e administrativo o plano educativo da escola, supervisionar a execução do P.P.P, coordenar e organizar as reuniões pedagógicas”.(Supervisor 3)

Aponta-se como opinião coletiva dos supervisores a participação do Supervisor Pedagógico no planejamento das atividades docentes e que o mesmo auxilia o (*bom*) funcionamento da escola. Como opinião contrária, presenciou de apenas um dos entrevistados, na qual este relata sobre a complexidade e identificação no conjunto de atribuições do Supervisor Pedagógico.

A respeito do papel do Supervisor Pedagógico o posicionamento da Diretoria de Ensino, foi semelhante ao dos professores, bem como dos Supervisores Pedagógicos.

Os discursos dos técnicos entrevistados apontam que diante da dinâmica da realidade do contexto escolar, o papel/função do Supervisor Pedagógico precisa está voltado para a avaliação, reflexão, organização e planejamento pedagógico, numa prática de autocrítica das atividades diárias da escola.

[O papel] “É de coordenar/orientar e acompanhar o processo pedagógico da escola em concomitância com o Plano de Desenvolvimento da Escola, ou seja, sendo suporte para o professor realizar uma aula criativa e de qualidade”. (Técnico 2)

“Contribuir para o fluir do processo ensino – aprendizagem possibilitando suporte pedagógico ao trabalho do professor, desenvolvendo acompanhamento das atividades do mesmo”. (Técnico 3)

Sobre os princípios que regem a atuação do(a) Supervisor(a) Pedagógico(a) nas escolas, a Diretoria de Ensino afirma que *"Prioritariamente o Supervisor Pedagógico deve atuar na área pedagógica, no processo ensino-aprendizagem, requerendo envolvimento também na área administrativa, estabelecendo parcerias"*. (Técnico 3)

"Princípios de ética profissionalismo, competência técnica, política, gestão democrática e participativa, compromisso com responsabilidade profissional". (Técnico 1)

Analisando sobre o papel do Supervisor Pedagógico, o que nós identificamos é que há um consenso geral sobre entre aquilo que os professores falam e os supervisores pensam sobre sua função, e conseqüentemente aquilo que está planejado oficialmente. O consenso é uma compreensão do papel do supervisor como um auxiliar e o sujeito que contribui para a solução dos problemas.

De acordo com o que está escrito na proposta oficial, o que nós observamos na prática, tendo como referencial dessas observações o momento de estágios, é que realmente o que os professores relatam e que os supervisores afirmam é o que eles tentam realizar.

Apesar de haver um consenso na compreensão sobre o papel do Supervisor pedagógico presenciado nas falas principais da opinião dos professores e supervisores, e este consenso estar de acordo com o que está na proposta da SEMEC, o que nós observamos é que há pouca possibilidade de o supervisor exercer esta função, por falta de formação continuada para o próprio supervisor, porque apesar de ele afirmar o discurso da proposta oficial, na prática ele não tem conseguido a aplicá-lo, cumprir este papel, que mesmo estando no projeto da SEMEC, falta estrutura para que isto aconteça, faltam condições para que o

profissional acompanhe todas as turmas devido o número elevado de alunos por escolas, por ter que assistir várias turmas e turnos. (ver anexo: tabela 1) Por mais que o Supervisor Pedagógico tenha compreensão crítica a respeito, esta não se transforma numa prática, não por falta de vontade do mesmo, mas por limites estruturais.

O TRABALHO QUE VEM SENDO REALIZADO PELO SUPERVISOR(A) PEDAGÓGICO(A) NA ESCOLA

No geral, se nota que o trabalho deste profissional, segundo o discurso dos professores, está sendo realizado no auxílio e orientação aos professores, nos planejamentos, no acompanhamento e desenvolvimento das atividades dos educadores e educandos, nas realizações de reuniões pedagógicas e na coordenação de programas e projetos da escola. Mas percebe-se que a maioria dos professores fazem uma observação sobre o trabalho do Supervisor Pedagógico afirmando que este profissional além de desempenhar suas atribuições profissionais, também desempenha inúmeras funções como funções burocráticas e administrativas que, no entanto não estão diretamente relacionadas ao processo ensino-aprendizagem.

“O Supervisor deveria estar, ou seja, dedicar o seu trabalho especialmente aos educadores em sala de aula, supervisionando as tarefas e orientando-os. Mas na prática mesmo, ele abraça vários problemas que ocorrem dentro do estabelecimento de ensino. É um grande colaborador do diretor escolar”. (professor f)

“Atualmente em Rondon, ele desempenha inúmeras funções [não relatadas] e muitas das vezes a maioria não está diretamente relacionadas ao processo ensino aprendizagem”. (Professor a)

Com relação ao trabalho que vem sendo realizado pelos Supervisores Pedagógicos, estes apontam principalmente para o auxílio ao professor em suas atividades, bem como, acompanhar o rendimento dos alunos, dar assistência aos alunos (orientação educacional), corrigir diários, cadernos de planos, atividades mimeografadas, provas e teste, elaborar projetos, organizar e participar de reuniões pedagógicas.

Neste mesmo sentido os supervisores apontam o trabalho realizado por eles, como de fundamental importância para a organização do processo educativo, que sua atenção deve estar voltada para o processo ensino-aprendizagem e ainda que este trabalho será relevante quando estiver voltado para garantir assistência ao professor objetivando o aprendizado efetivo dos discentes.

É ponto comum a concepção de que tem sido um trabalho árduo, difícil e que exige do Supervisor Pedagógico meios eficientes para auxiliar o professor, ultrapassando a função fiscalizadora e buscando soluções para os problemas encontrados. No entanto, alguns relataram certas dificuldades para realizar tais atividades, nas quais há um consenso com as mesmas dificuldades relatadas nas falas dos professores. *“Além de fazer um trabalho de articulação e mediação entre a equipe, ele ainda acaba por se envolver com atividades puramente burocráticas e administrativas”.* (Supervisor 7) Nota-se que é semelhante às falas do professor f e o professor a.

“Se olhássemos para a realidade das nossas escolas, poderíamos fazer uma listagem bem recheada do trabalho realizado pelo Supervisor Pedagógico, pois, na falta de alguns profissionais o Supervisor Pedagógico passa a ser orientador, psicólogo. Etc. ele é o incentivador à criatividade e à participação de todos os membros. O trabalho realizado é o de dá suporte ao trabalho pedagógico.” (Supervisor 5)

Como ponto divergente destacamos que apenas um dos entrevistados ressalta a necessidade de aceitação pela equipe, ressaltando que tal aceitação contribuirá para o sucesso da escola. *“É uma tarefa árdua, porém gratificante, pois quando é aceita pela equipe pode ser visível o sucesso da escola por ele supervisionada”.* (Supervisor 4)

“O trabalho do Supervisor é relevante, uma vez que é ele o articulador para troca de experiências entre os professores... e o principal objetivo é o aperfeiçoamento da situação ensino-aprendizagem”. (Supervisor 7)

Ao serem questionados sobre que propostas e/ou atividades estão sendo desenvolvidas pelo Supervisor(a) Pedagógico(a) que ajudam na melhoria da organização do processo educativo, o que se constatou na maioria das falas dos professores é que o Supervisor Pedagógico está desenvolvendo propostas e atividades que estão tendo resultados bastante produtivos no desenvolvimento do processo educativo, tais como: auxílio na elaboração dos planos semanais; na realização de avaliação contínua do desempenho dos alunos; na elaboração de plano de ação para os alunos com baixo desempenho; realização de oficinas pedagógicas; festas culturais; encontros pedagógicos; conscientização da importância do professor a participar na organização dos projetos e da hora atividade.

Segundo a maioria dos professores, os supervisores pedagógicos tem conseguido *“orientar os professores durante a organização de planos e projetos; organização de eventos na escola, como mini-cursos; oficinas pedagógicas; festas culturais; encontros pedagógicos ou sociais”.* (Professor a)

“As propostas sempre foram bem vindas, geralmente, quase todas foram aceitas realizadas com sucesso. Entre elas temos: o estímulo a leitura; o trabalho interno unindo professor/aluno, aluno e aluno, professor/professor e demais funcionários; a parceria pais e funcionários e principalmente a humildade do Supervisor”.(Professor f)

Sobre as contribuições dos(as) Supervisores(a) Pedagógicos(a) na formação dos educadores na maioria das opiniões dos professores as contribuições estão acontecendo no auxílio na melhoria da prática educativa, na formação do educador, e também ao levar os docentes a refletirem sobre sua própria prática e assim, incentivando-os para uma ação transformadora. Segundo os professores, isto acontece quando os supervisores fazem suas atividades no sentido de *“Formação continuada através do aperfeiçoamento teórico e prático”*. (Professor d). [E assim] *“Acompanhando e propondo novas metodologias, o educador forma uma mentalidade e ação para o crescimento pessoal quanto profissional, etc.”*. (Professor g)

Quanto às respostas obtidas da Diretoria de ensino foram semelhantes.

Segundo as respostas ouvidas, o Supervisor Pedagógico procura planejar e executar ações em conjunto com os professores, redimensionando-as sempre que necessário e apontam que tais ações são essenciais para o bom andamento do processo ensino-aprendizagem, sendo que as mesmas colocam ao Supervisor a “co-participação da gestão”. Relatam ainda algumas atividades a serem desenvolvidas pelo Supervisor Pedagógico como nas respostas abaixo:

“Acompanhamento individual de turmas; Reuniões pedagógicas para estudos e debates com os professores, troca de experiências; Acompanhamento sistemático do rendimento bimestral; Orientação de professores; Organização de atividades, discussões e acompanhamento em sala de aula; Confecção de atividades, discussões e acompanhamento em sala de aula; Confecção de material pedagógico; Relação teoria e prática etc...” (Técnico 2)

No que tange as atividades de supervisão pedagógica e sua relação com o P.P.P, os técnicos da Diretoria de Ensino relatam que os Projetos Políticos-Pedagógicos precisam ser reconstruídos, a fim de atender de fato as necessidades

das escolas, e enfatizam que a relação dos educadores com o P.P.P. intermediada pelo Supervisor Pedagógico visa constantemente a construção e reconstrução deste.

“Ainda faz-se necessário reconstruir os Projetos Políticos-Pedagógicos afim de que os mesmos passem a retratar a realidade da escola, orientando suas ações”. (Técnico 3)

“Os Projetos Políticos-Pedagógicos estão em reconstrução nas escolas, visando serem mais condizentes com as necessidades das mesmas”. (Técnico 2)

O que se observou na análise geral das respostas é que há um consenso se referindo ao trabalho do Supervisor pedagógico e que estes estão se esforçando em desempenhar suas funções. Apesar de haver um consenso percebemos também que existem dificuldades para este profissional realizar suas ações, o que está bem visível tanto nas falas dos professores como dos supervisores. O que podemos opinar é que tais dificuldades ocorrem pela falta de uma linha de trabalho definida a este profissional, pois isso vem acarretar funções às quais não são de sua orçada, e assim acaba por sobrecarregar o Supervisor Pedagógico, deixando a desejar o seu objetivo principal de trabalho que é as ações pedagógicas da escola, bem como, o avanço do processo ensino-aprendizagem.

Quanto às opiniões divergentes, presenciamos apenas uma dos entrevistados e esta, relata a aceitação da ação do supervisor pelo grupo. A respeito disto o que observamos que no geral há uma aceitação pela equipe, mas tem uma minoria que manifestam uma certa resistência em aceitar o supervisor como parceiro pedagógico, devido a estarem atrelados a um passado tradicional.

Quanto a construção do Projeto Político Pedagógico, observamos que por conta das dificuldades já citadas acabam por encontrar algumas dificuldades em ser construído coletivamente, e por vezes o supervisor e o gestor escolar auxiliam tendo

que responsabilizar-se priorizando pela construção deste, o que em nossa opinião é uma grande falha para andamento e a realização de um ensino transformador, pois o P.P.P , só terá resultados positivos se este for construído coletivamente, ou seja, com a participação de todos os membros da comunidade escolar, para sim atender as necessidades reais da escola.

A RELAÇÃO PROFISSIONAL QUE SE TEM ESTABELECIDO ENTRE SUPERVISOR(A) PEDAGÓGICO(A) E PROFESSORES NO BOJO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

O que se percebe na maioria das falas dos professores é que se tem uma relação bem profissional, um respeitando o trabalho do outro, discutindo e refletindo as questões divergentes e também as questões em comum. Mas percebe-se também as divergências nas respostas, pois se alguns tem uma relação profissional e construtiva com o Supervisor Pedagógico, outros ainda o vêem como o fiscal, o controlador, deixando transparecer uma visão negativa por parte de alguns professores em relação a atividade de supervisão pedagógica.

"O professor tem visto a imagem do supervisor como um fiscalizador de suas tarefas ou capataz da escola". (Professor a)

"Relacionamento de confiança, harmonia e coletividade".(Professor d)

Entre os supervisores as respostas enfatizam uma relação baseada no profissionalismo, com capacidade para ouvir opiniões na intenção de promover alternativas para melhoria da mesma, bem como, do processo ensino-aprendizagem.

Segundo a opinião coletiva as relações são saudáveis, no entanto, não assumem caráter de cumplicidade pedagógica mais orgânica/profunda.

“Está havendo uma relação de compromisso e de responsabilidade, na qual todos trabalham em prol de um único objetivo, melhoria do processo ensino-aprendizagem”. (Supervisor 6)

“Em relação aos docentes e discentes há uma relação muito boa, já a Diretoria de Ensino/Semec é mais ao nível de informação. O interessante seria que tivéssemos acompanhamento do nosso trabalho por parte do setor pedagógico da Semec”. (Supervisor 3)

Sobre esta questão a Diretoria de Ensino aponta uma relação de parceria, pois os Supervisores Pedagógicos são tidos como sujeitos que podem contribuir diretamente no planejamento das ações educativas, bem como, no direcionamento da execução das mesmas no interior da escola.

“Uma relação de parceria onde se busca unir esforço visando solucionar as dificuldades circunscritas no cotidiano escolar. Creio que trabalhando em equipe somamos esforços para o êxito do processo educativo”. (Técnico 1)

“Relação de cumplicidade e de oferecimento de suporte teórico para fortalecer o bom desempenho deste dentro da escola”. (Técnico 2)

Por fim, a opinião coletiva é que se deve estabelecer uma relação de parceria entre Supervisor Pedagógico e Diretoria de Ensino/Semec para o bom andamento do processo educativo.

De acordo com a análise das respostas verificamos que entre os supervisores e Diretoria de ensino há um consenso que se devem trabalhar coletivamente numa relação de parceria, o que no entanto vem sendo dificultado, por motivos estruturais. Quanto à análise das falas dos professores percebemos que

no geral há em comum uma relação de companheirismo e profissionalismo junto ao setor pedagógico da escola. Em se tratando das contradições detectamos que existem alguns professores ligados ao passado tradicional, resistindo ao novo, contribuindo assim, em dificultar o sucesso do ensino. Analisamos ainda que estes professores têm uma visão distorcida, ligada a origem institucional do que vem a ser o trabalho do Supervisor Pedagógico na escola.

No entanto, a maioria tem uma relação positiva com o supervisor, chegando até mesmo a reconhecer quando os resultados esperados não foram alcançados, não foi por falta de competência deste profissional, mas sim, por motivos estruturais, o que é uma realidade no ensino de Rondon do Pará.

QUANDO QUESTIONAMOS SE O (A) SUPERVISOR (A) TEM CONSEGUIDO ESTIMULAR ENTRE OS EDUCADORES A REFLEXÃO SOBRE O PROCESSO PEDAGÓGICO, A REALIDADE DA ESCOLA E AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Os professores relataram no geral que sim, e que isto tem se dado através da orientação e auxílio ao professor na busca de materiais pedagógicos para os professores trabalharem em sala de aula, através do diálogo e acompanhamento do processo ensino-aprendizagem, trabalhando temas que envolve a comunidade escolar, através de reuniões reflexivas e troca de experiências. *“Sim, o Supervisor quando tenta trabalhar temas que envolve a comunidade e a realidade faz com que o aluno crie interesse pela aprendizagem, com isso, o professor é “estimulado” a trabalhar de maneira mais construtiva e compreensiva em relação ao universo do discente”.*(Professor e). Mas destacamos

que se presenciou nas respostas uma certa resistência por parte de alguns docentes, pois alguns professores ainda relataram que existem alguns profissionais com práticas tradicionais extremas, resistindo assim a mudanças dificultando o trabalho do Supervisor.

“Nem sempre o Supervisor tem conseguido estimular os educadores, pois estes ainda estão enraizados em práticas do passado e insistem em resistir ao novo. Encara o educando atual como os dos séculos anteriores”. (Professor a)

No relato dos supervisores sobre esta questão, as respostas foram positivas e confiantes, divergindo de relatos de alguns educadores.

“Creio que sim, pois, Supervisor Pedagógico e professores trabalham juntos, planejam e desenvolvem suas atividades com esse objetivo, refletir sobre o processo pedagógico, procurando melhorias para o mesmo”. (Supervisor 6)

“Se não tem conseguido, acredito que tem tentado através de leituras de conteúdos, discussões de temas pertinentes ao cotidiano escolar e pedagógico, levando em conta a real situação, abordando sempre que o fracasso ou sucesso é de toda a equipe”. (Supervisor 7)

Na análise dos relatos em geral, observamos que os entrevistados afirmam que sim, e que tal reflexão se dá através de reuniões, sessões de estudos, construção coletiva de estratégias de trabalho, diálogos, de incentivos e através de troca de saberes e experiências. Mas também percebemos que os próprios professores relataram que alguns colegas persistem no tradicionalismo, acabando por dificultar o processo ensino aprendizagem. Quanto aos supervisores verificamos que estes estão confiantes, mas tem a consciência que nem tudo o que é almejado é realizado, pois sabem que as condições estruturais e a falta de uma linha pedagógica definida contribui para esta situação. Mas observamos que os mesmos de acordo com as condições existentes, tentam fazer o melhor que podem para auxiliar e estimular o professor no processo pedagógico.

ASPECTOS QUE TEM PERMITIDO OU OBSTACULIZADO O SUCESSO DO TRABALHO DO(A) SUPERVISOR(A) PEDAGÓGICO(A) NAS ESCOLAS

A maioria dos supervisores concordam que a falta de interesse de alguns agentes do processo ensino-aprendizagem, aliados ao trabalho burocrático, falta de programas de capacitação e indefinição do papel do Supervisor, são aspectos que dificultam o trabalho de Supervisão Pedagógica. *“Sabemos que o trabalho do Supervisor Pedagógico é aceito por uns, criticados por outros. Um dos maiores obstáculos é a resistência que alguns têm em aceitar a mudança”.* (Supervisor 4)

No entanto, enfatiza-se a parceria e solidariedade, bem como, o auxílio por parte de outros profissionais no encaminhamento das atividades. Desta forma, segundo eles *“O que mais facilita o trabalho do Supervisor Pedagógico é o bom relacionamento com a direção da escola e o diálogo aberto e franco com todos, assim, nossas ações vão fluindo e facilitando o nosso trabalho”.* (Supervisor 2)

Já a Diretoria de Ensino em seu relato aponta para aspectos que perpassam pela rejeição do trabalho do Supervisor Pedagógico por parte de alguns agentes participantes [não foram relatados quais] do processo ensino-aprendizagem. Sendo este um fato que se deve por não existir uma linha pedagógica definida para nortear o trabalho dos mesmos, o que faz com que o Supervisor Pedagógico tenha que realizar diversas atividades de trabalho dentro do estabelecimento de ensino. Segundo os Técnicos da Diretoria de Ensino

“O trabalho do Supervisor Pedagógico tem sido obstaculizado pelo fato de assumir funções que não são de sua responsabilidade e ainda, por precisarem de um Projeto Político-Pedagógico que norteie sua atuação”. (Técnico 3)

“Algumas posturas retrogradas que vivenciamos no início do trabalho do Supervisor Pedagógico a mais ou menos cinco anos atrás contribuiu para uma certa rejeição, o entendimento do trabalho do Supervisor Pedagógico como fiscalizador, o descompromisso e falta de humildade daqueles que não estão envolvidos na dinâmica escolar [na qual não relataram quem] e, portanto não aceitam estes profissionais”. (Técnico 1)

No que tange a formação continuada dos Profissionais da Supervisão Pedagógica, os supervisores na maioria das respostas apontam para a ausência de ações que visam capacitar, orientar e acompanhar a atividade do Supervisor. Essa realidade vem a ser um aspecto que impede o sucesso integral do trabalho de supervisão. Ressaltam que há reuniões para avaliação, subsídios para solução de problemas enfrentados em alguns momentos de preparação para trabalharem temas específicos. Sobre a questão se tais programas existem, segundo os supervisores:

“Programas de capacitação, orientação e acompanhamento, não. O que temos são reuniões, onde avaliamos o trabalho desenvolvido e trocamos experiências”. (Supervisor 5)

“Algumas vezes temos tido acompanhamento de profissionais especializados, que vem trazer informações que contribuem para nossa prática. Sobre o planejamento, por exemplo”. (Supervisor 4)

“Não. Aliás, durante este período que estive na supervisão ocorreram dois encontros direcionados nesta área, porém, realizados por alunas [nós pesquisadoras] concluintes do Curso de Pedagogia e que teve o apoio da diretoria de ensino – Semec”. (Supervisor 2)

Coincidentemente a Diretoria de Ensino relata que não existem programas de capacitação para o Supervisor Pedagógico, e a orientação e acompanhamento das atividades de supervisão, são realizadas através de reuniões e encontros entre Diretoria de Ensino/Semec e profissionais da área.

“Não. Até momento a Semec disponibilizou alguns encontros, no entanto, não temos nenhum programa.” (Técnico 3)

“Atualmente não temos nenhum tipo de formação continuada para os supervisores Pedagógicos. Quanto à orientação e acompanhamento, estes são feitos através de reuniões de planejamento, pedagógicas e de avaliação que a Diretoria de Ensino realiza com os Supervisores Pedagógicos”. (Técnico 2)

Analisando as falas percebemos que estão condizentes quanto à questão do que permite o sucesso e do que obstaculiza o desenvolvimento do trabalho de supervisão, como também na questão sobre a não existência dos programas de capacitação para os supervisores.

Observamos que a falta de uma linha pedagógica e as condições estruturais que se encontram os supervisores, é uma grande dificuldade para que este realize seu trabalho diretamente ligado ao processo ensino-aprendizagem, e assim, ele acaba sendo o psicólogo, o sujeito que organiza testes, produz textos... o que resulta este profissional se desviando daquilo que seria a sua função, ou seja, de articular e estimular a práxis docente, através de formação para os educadores para que estes pensem sobre a própria prática. Estes fatos não permitem que o supervisor de continuidade ao que foi planejado, devido a esse desvio de função.

Apesar de todos os agentes educacionais terem consciência do que está na proposta oficial, e o que o supervisor deve desempenhar, percebemos que na prática isto não está ocorrendo. Outro aspecto que se apresenta como obstáculo ao trabalho do supervisor, é a resistência e hostilidade por parte de alguns professores (*a minoria*) em aceitar que o trabalho deste profissional venha contribuir para um desempenho docente mais qualificado, pois reconhecemos que esta tarefa formadora, articuladora e transformadora não é uma tarefa fácil principalmente no que se refere em mudar práticas pedagógicas. Ressaltamos que por parte dos Diretores não foi presenciado nenhuma rejeição a respeito do trabalho do supervisor pedagógico, bem como, da presença deste na escola, pelo contrário, sempre

mostraram uma percepção bem crítica e consciente no que se refere à ação supervisora.

Mas apesar das dificuldades os supervisores se mostraram bastantes otimistas em relação ao desenvolvimento do processo pedagógico, e ressaltam que o que os levam a acreditarem na transformação da educação em Rondon do Pará, e o supervisor se tornar o parceiro político pedagógico do professor, é o companheirismo, o envolvimento e o espírito de cooperação, por parte da maioria dos educadores, e assim tanto os supervisores quanto os professores percebem a importância de estarem comprometidos para melhoramento do processo de ensino-aprendizagem nas escolas. Quanto a Diretoria de Ensino, percebemos que tem a mesma opinião sobre esta questão.

Outro fato que nos chamou atenção foi o de não existir programas de capacitação aos supervisores, inclusive um dos entrevistados (*supervisor 2*) afirmou que participou de um único encontro direcionado à função de supervisão, na qual foi promovido por nós pesquisadoras com o apoio da Semec, o que consideramos um fato agravante, pois a formação continuada é de fundamental importância para que o profissional faça a reflexão sobre a sua prática, para assim organizar momentos de reflexão que permitem aos educadores pensarem sobre as suas ações profissionais, sobre aquilo que eles tem feito na escola. E isto é imprescindível que ocorra, porque se entende que o papel do supervisor é articular e organizar atividades que estimulem a prática docente, e entendemos que só somos capazes de pensarmos criticamente em novos caminhos a partir do momento que nós avaliamos o que tem sido realizado, e esta avaliação não é feita a partir de uma análise de estudo teórico simplesmente, isto tem que ser feito a partir da análise do real da prática, e para isso

acontecer é preciso uma formação continuada, programas de capacitação e momentos coletivos de reflexão sobre a realidade pedagógica da escola.

Compreendemos que sem uma formação contínua é impossível o supervisor exercer sua principal função que é o de articular e estimular a práxis pedagógica, e para este refletir sobre sua práxis é preciso ter condições estruturais e tempo para está constantemente se qualificando para exercer tal função, é necessário ser um pesquisador, ou seja, precisa estar sempre estudando, lendo, buscando (não basta assistir uma palestra de vez em quando...), é preciso investir prioritariamente na formação permanente e em serviço do professor, para que possa ter melhor compreensão do processo educacional.

AVALIAÇÃO QUANTO AS ATIVIDADES QUE VEM SENDO DESENVOLVIDAS PELO SUPERVISOR(A) PEDAGÓGICO(A)

As atividades desenvolvidas foram avaliadas como muito produtivas e os professores relataram como é importante a presença deste profissional na educação, bem como, suas ações para o melhoramento no processo ensino-aprendizagem, apesar de algumas resistências já citadas ao desenvolvimento do trabalho deste profissional, foi atribuído um resultado satisfatório quanto ao desempenho profissional do Supervisor Pedagógico nas instituições de Rondon do Pará.

“As atividades desenvolvidas pelo supervisor trouxeram resultados positivos, através da organização, da inovação, da reflexão e da coletividade, tem conseguido resultados satisfatórios”. (Professor d)

“O Supervisor sempre tem procurado desenvolver bem o seu trabalho, é comprometido e está preocupado com a qualidade do ensino. O que atrapalha é a resistência de alguns professores que continuam com práticas tradicionais e outros que estão na educação por falta de opção de emprego”. (Professor c)

Os Supervisores Pedagógicos avaliam suas atividades como significativas para a escola, destacam o avanço de cada uma das escolas de ensino fundamental da rede municipal de ensino possuir um Supervisor, ao contrário de anos anteriores quando cada Supervisor Pedagógico era responsável por duas escolas e apontam ainda a desmistificação do Supervisor enquanto alguém que vigia e controla a ação do professor.

Aponta-se ainda a participação da grande maioria, a aceitação e valorização deste profissional, bem como, o fato de ser um profissional preocupado com o bom andamento do processo ensino-aprendizagem e por este motivo, busca constantemente seu aperfeiçoamento, buscando ter conhecimento amplo em função de procurar atender todas as atividades da escola.

“É difícil avaliar o trabalho do Supervisor Pedagógico, pois é um desafio: estamos vivendo o drama do fracasso escolar. A educação neste país está em busca de excelência e o Supervisor Pedagógico precisa de uma visão macroestrutural da tarefa pedagógica”. (Supervisor 5)

“Acredito que as atividades desenvolvidas na escola estão sendo significativas, pois professores e alunos estão participando”. (Supervisor 6)

Quanto à avaliação da Diretoria de Ensino as respostas obtidas apontam como positivas as atividades desenvolvidas pelos Supervisores Pedagógicos, uma vez que as dificuldades são muitas e mesmo assim é possível observar os avanços alcançados. A Diretoria de Ensino/Semec enfatiza sua contribuição na atividade desses profissionais, mas reconhece no compromisso pessoal dos mesmos, grande parcela de contribuição para o sucesso do processo escolar.

“O que vem sendo realizado pelo Supervisor Pedagógico em cada escola condiz com o potencial/limite de cada um, ou é fruto da troca de experiências entre eles. Em sua maioria, requer mais fundamentação teórica”. (Técnico 3)

"Eu diria que são heróis e heroínas diante de todas as dificuldades, da falta de definição de uma linha pedagógica no município, da diversidade de atividades que realizam e da falta de formação contínua, muitos desenvolvem atividades brilhantes e efetivas que conseguem resolver as deficiências de leitura, participação e compromisso de alunos e professores". (Técnico 2)

Percebemos um consenso nos relatos dos profissionais entrevistados, quanto à avaliação do trabalho de supervisão pedagógica em Rondon do Pará. É do conhecimento de todos as dificuldades que obstaculizam o trabalho deste profissional, bem como, o que auxilia para que o mesmo se realize.

As dificuldades encontradas perpassam inicialmente por questões legais, pois no Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Rondon do Pará inexistem o cargo de Supervisor Pedagógico no município, ou seja, estes possuem o cargo de professor e atua na função de suporte pedagógico, indo contra a profissionalização e desempenhando dupla função na intenção de economizar recursos financeiros para os cofres municipais, ocasionando a desvalorização profissional dos mesmos.

A Diretoria de Ensino reconhece que estes profissionais fazem muito em se tratando das condições estruturais em que se encontram e que apesar disto muitos ainda conseguem obter resultados positivos quanto ao que se planejou.

Sabemos que a avaliação do trabalho de supervisão trata-se de uma função crítica de ter coragem de questionar o trabalho, não se preocupando com a imagem. O que foi observado durante as entrevistas, mas não foi presenciado esta questão.

Reconhecemos como pesquisadoras e alunas que é uma tarefa árdua exercer a supervisão pedagógica no município devido às dificuldades reais existentes, *(a falta de formação continuada, uma linha pedagógica não definida, desvio de função, números de alunos elevado por escola, sobrecarga de atribuições*

ao supervisor e conseqüentemente a falta de tempo e momento para este refletir sobre sua práxis), mas se comparando há dez anos atrás verificamos que houve uma evolução bem visível no processo de ensino em Rondon do Pará.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A função da Supervisão Pedagógica é essencial para todo o processo educacional, bem como, o sucesso deste. O Supervisor Pedagógico está além de ser um mero profissional burocrático, pois, parte dele a ação coletiva, o estímulo para uma práxis transformadora com vistas às mudanças e avanços na construção de um ensino melhor.

Compreendemos que a tarefa principal da Supervisão Pedagógica é o assessoramento e acompanhamento do processo pedagógico, e assim coordenar, mobilizar, articular e orientar todo o processo.

No que tange a proposta oficial do município de Rondon do Pará, pautada no Regimento das Escolas Públicas de Educação Básica do Pará (1998: 17,18,19), o que compete aos serviço de supervisão escolar são ações que visam principalmente articular, coordenar, assessorar, elaborar e acompanhar o corpo docente em atividades que vão de encontro a melhorias educativas para todos os atuantes da educação.

Diante desta perspectiva, questionamos a realidade de Rondon do Pará, de como estaria procedendo a atuação do Supervisor Pedagógico nas escolas do município, e como este profissional estaria sendo visto pelos seus colegas de trabalho, bem como toda a comunidade escolar.

Consideramos que foram alcançados os objetivos ao analisarmos as atividades e organização do trabalho pedagógico realizado nas escolas de Rondon do Pará.

As considerações feitas a partir da análise das observações e das entrevistas feitas junto aos Educadores, Supervisores e Diretoria de Ensino/Semec, foram: que apesar da educação em Rondon está passando por um processo de combate ao fracasso escolar, os agentes do processo ensino-aprendizagem, estão voltados para uma educação democrática e coletiva, buscando um ensino crítico e criativo.

Neste trabalho de pesquisa diagnosticamos alguns pontos que dificultam o desenvolvimento da atuação do Supervisor Pedagógico, tais como: **a)** o número elevado de alunos por escola e o fato do supervisor ter que assistir várias turmas em turnos, *o que em nossa avaliação é impossível para o supervisor fazer um trabalho sistematizado e transformador com esta realidade escolar;* **b)** um desvio de função no que resulta na sobrecarga de trabalho; **c)** o fato de não existir formação continuada aos supervisores, e decorrente disto **d)** o fato de não existir uma linha pedagógica definida o que acaba por comprometer o trabalho coletivo. Mas apesar disto, também encontramos uma atuação supervisora caminhando em promover um ensino significativo nas instituições de ensino.

Apesar de aparecer explicitamente no discurso dos educadores e dos próprios supervisores, uma concepção crítica sobre o papel do supervisor, que se aproxima das discussões dele como um sujeito que deve atuar como estimulador e organizador de condições e ambientes pedagógicos que permitam a discussão e reflexão sobre o contexto social e as problemáticas que nele existem, algumas práticas evidenciam entre outros fatores, a sobrecarga de funções, onde o Supervisor Pedagógico acaba sendo aquele que vai organizar festas e comemorações na escola ou ainda passar horas intermináveis com o preenchimento burocrático de questionário e relatórios necessários para a organização do trabalho,

o que na maioria das vezes distancia o Supervisor Pedagógico da atividade a qual iniciou ou deseja realizar e nos faz acreditar que o ideal é que houvesse uma equipe de coordenador, orientador e psicólogo educacional, que viessem a somar junto aos Supervisores Pedagógicos, uma vez que o número de alunos por sala de aula e por escola excede as condições de acompanhamento o qual é possível ao Supervisor Pedagógico realizar.

Compreendemos que o que contribui para isto é a falta de reflexões que resultem em ações que de fato venham a solucionar os problemas detectados, como por exemplo: 1) a falta de uma linha de trabalho para estes profissionais; 2) a falta de meios para sustentar o desenvolvimento deste trabalho; 3) a carência de acompanhamento freqüente por parte dos técnicos da Diretoria de Ensino, para assim acompanhar de perto e progressivamente o trabalho dos supervisores pedagógicos na instituição de ensino; 4) a inexistência de programas que venha a capacitar e oferecer aos mesmos uma formação continuada e conseqüentemente criar e dar condições para que os supervisores possam realizar esta formação, tais como: tempo para estudarem e refletirem sobre suas ações, para assim, promoverem encontros junto aos professores pautados numa estrutura teórica e prática, para assim, refletirem sobre suas ações junto ao processo ensino-aprendizagem.

É possível verificar através dos relatos obtidos na pesquisa de campo e no momento de observação e reflexão, que os educadores, bem como a Diretoria de Ensino e os próprios Supervisores Pedagógicos apresentam teoricamente essa compreensão crítica a respeito da função/papel que este profissional vem desempenhando dentro da escola, quando, por exemplo, relatam que os Supervisores Pedagógicos acompanham e orientam os educadores em sua prática,

bem como, *“se não tem conseguido, pelo menos vem tentando ser alguém que articula e estimula a prática docente, através principalmente do incentivo à formação dos educadores por meio de leituras de conteúdos, discussão de temas pertinentes ao cotidiano escolar e pedagógico”*.(supervisor 7)

Apesar de existirem relatos críticos sobre os aspectos positivos das atividades de supervisão pedagógica, existem críticas que apontam que há posturas que revelam resquícios da supervisão controladora, onde alguns professores referem-se ao Supervisor Pedagógico como *“capataz” (professor a) da escola*, ou ainda quando a proposta oficial atribui ao trabalho de Supervisão Pedagógica que esta deve *“organizar o serviço sob sua responsabilidade, afim de que possa garantir a coordenação, assistência e controle do corpo docente no desempenho de suas funções”*, evidenciando contradição no relato dos técnicos entrevistados que enfatizam a superação desse controle. Demonstrando assim que tal percepção não se materializa como uma prática igualmente crítica.

Apesar desta realidade encontrada, enfatizamos que o Supervisor Pedagógico está tendo uma participação fundamental no processo educativo em Rondon, tentando estimular os professores a trabalharem pautados em uma proposta coletiva e reflexiva, tais como: **a)** participando das atividades pedagógicas da escola, bem como, auxiliando no desenvolvimento destas; **b)** organizando reuniões pedagógicas, e mesmo não tendo programas de capacitação este, promove momentos de reflexão entre os docentes sobre suas ações e o processo ensino-aprendizagem como um todo, **c)** desenvolve projetos pedagógicos estimulando o trabalho coletivo entre os educadores.

Quanto ao Projeto Político Pedagógico, ele se encontra em construção nas escolas, por motivos estruturais e político. Compreendemos que mesmo com o

P.P.P estando estagnado e não existindo uma linha pedagógica definida, os educadores em geral não estão totalmente fora de um trabalho realizado coletivamente, pois entendemos que a partir do momento em que eles realizam reuniões de planejamento e de avaliação coordenadas pela Diretoria de Ensino, bem como, reuniões pedagógicas, e momentos de reflexão, eles estão interagindo e buscando uma forma de planejar em coletivo, apesar de ainda não terem um processo educativo totalmente participativo e construído por toda a comunidade escolar.

Levando em conta a origem da atuação deste profissional no município de Rondon do Pará, observa-se que sua atuação passou por alguns obstáculos relacionados principalmente pela não aceitação do mesmo enquanto um profissional que muito teria a contribuir para o bom andamento do processo ensino-aprendizagem e atualmente pode afirmar que tais obstáculos perpassam pela falta de capacitação e maior concentração de referencial teórico à prática dos mesmos, o que pode ser conseqüência de sua formação, pois acreditamos que as Universidades precisam refletir sobre o currículo e conteúdos que seus cursos oferecem, uma vez que há necessidade de constantes reflexões e reformulações sobre as condições que possibilitam uma formação crítica e de fato relevante para seus acadêmicos. E ainda, pela indefinição de uma linha pedagógica no município, que viesse a nortear o trabalho dos mesmos, uma vez que de acordo com os relatos obtidos o planejamento, acompanhamento e orientação da atividade dos Supervisores Pedagógicos é realizado apenas através de reuniões, que na sua maioria acontecem esporadicamente e entendemos que há necessidade de um acompanhamento constante, levando em conta a realidade de cada escola, seguido pelo acompanhamento também dos resultados obtidos.

Verifica-se, que ainda há um conflito acerca das várias atribuições deste profissional, mas verifica-se também que este educador está caminhando na busca de ser um agente estimulador da práxis do professor. Apesar de ainda existir uma certa indefinição do papel do Supervisor Pedagógico, observa-se que este profissional vem se esforçando no decorrer dos anos para desenvolver seu trabalho dentro da perspectiva de oferecer um suporte pedagógico para o professor.

Refletindo sobre o histórico da Supervisão, concluímos que evoluiu muito, pois de Inspetor, a figura marcada pelas grandes revoluções e ditaduras, conseguiu ser um apoio, podemos dizer um complemento pedagógico no universo escolar, com uma repercussão crítica e ao mesmo tempo construtiva, pois retomou a verdadeira função, agindo com ações que auxiliaram toda a instituição, sendo vistos de maneira agradável e amiga.

Consideramos que necessitamos essencialmente, retornarmos a nossa história, de onde partimos, para não cometermos os erros do passado no presente e no futuro, e assim seremos agentes construtores de uma educação voltada ao ser humano, que tenha por finalidade a justiça e a igualdade social.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, Izabel.(org). ***Escola Reflexiva e Supervisão. Uma escola em desenvolvimento e aprendizagem.*** Porto: Porto Editora, 2001.

ALMEIDA, Laurinda Ramalho, PLACCO, Vera Lúcia Negro de Souza.(orgs). ***O Coordenador Pedagógico e o Espaço da Mudança.*** 2ª edição. São Paulo: SP. Editora Loyola, 2001.

BRUNO, Eliane Bambini Gorgueira, et. al. ***O Coordenador Pedagógico e a Formação Docente.*** 4ª edição. São Paulo: SP. Editora Loyola, 2000.

GADOTTI, Moacir. ***História das Idéias Pedagógicas.*** São Paulo, SP: Ática, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira e TOSHI, Meiza Seabra. ***Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização.*** São Paulo: Cortez, 2003.

PRZYBYLSKY, Edy. ***Supervisão Escolar: Concepções Básicas.*** Porto Alegre: Sagra, 1982.

RANGEL, Mary.(org.). ***Supervisão Pedagógica: Principios e Práticas.*** Campinas, SP: Papyrus, 2001.

SILVA JR., Celestino A. e RANGEL, Mary.(orgs.). ***Nove Olhares sobre a Supervisão.*** 3ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. ***Coordenação do Trabalho Pedagógico: Do Projeto Político-Pedagógico ao Cotidiano da Sala de Aula.*** São Paulo: Libertad, 2002.

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

MODELO 1 - PROFESSORES

1. Qual o papel/função do(a) Supervisor(a) Pedagógico(a)?
2. Qual sua concepção/compreensão sobre o trabalho realizado pelo Supervisor(a) Pedagógico(a) na escola?
3. Qual o trabalho realizado pelo Supervisor(a) Pedagógico(a) na escola, ou seja, o que faz o(a) Supervisor(a) Pedagógico(a)?
4. Que propostas e/ou atividades estão sendo desenvolvidas pelo Supervisor(a) Pedagógico(a) que na sua opinião ajudam na melhoria da organização do processo educativo?
5. Que tipo de relação tem-se estabelecido entre Supervisor(a) Pedagógico(a) e professores no bojo do processo ensino-aprendizagem?
6. Quais as contribuições dos(as) Supervisores(a) Pedagógicos(as) na formação dos educadores?
7. O(a) Supervisor(a) Pedagógico(a) tem conseguido estimular entre os educadores a reflexão sobre o processo pedagógico, a realidade da escola e as dificuldades de aprendizagem? De que maneira?
8. Como você avalia as atividades que vem sendo desenvolvidas pelo Supervisor(a) Pedagógico(a)?

MODELO 2 - DIRETORIA DE ENSINO/SEMEC

1. Qual o papel/função do(a) Supervisor(a) Pedagógico(a)?
2. Que propostas de organização do processo pedagógico têm sido desenvolvidas nas escolas de ensino fundamental do município?
3. Quais os princípios que regem a atuação do(a) Supervisor(a) Pedagógico(a) nas escolas?
4. Quais as atividades desenvolvidas nas escolas pelo(a) Supervisor(a) Pedagógico(a) ajudam na melhoria da organização do processo educativo?
5. Que tipo de relação tem-se estabelecido entre Supervisor(a) Pedagógico(a) e Diretoria de Ensino/Semec no bojo do processo ensino-aprendizagem?
6. O trabalho do(a) Supervisor(a) Pedagógico(a) visa auxiliar os educadores para que estes desenvolvam suas ações de acordo com os objetivos propostos no Projeto Político-Pedagógico da escola, ou ainda, se são desenvolvidas na perspectiva de contribuir para a construção de desenvolvimento do P.P.P.? De que maneira?
7. Que aspectos tem permitido ou obstaculizado o sucesso do trabalho do(a) Supervisor(a) Pedagógico(a) nas escolas?
8. A Diretoria de Ensino/Semec promove algum programa de capacitação, orientação e acompanhamento par a equipe de Supervisor(as) Pedagógico(as) da rede pública municipal de ensino? Quais e/ou de que maneira?
9. Qual sua avaliação quanto as atividades que vem sendo desenvolvidas pelo Supervisor(a) Pedagógico(a)?

MODELO 3 - SUPERVISORES(AS) PEDAGÓGICOS(AS)

1. Qual o papel/função do(a) Supervisor(a) Pedagógico(a)?
2. Qual a sua concepção/compreensão sobre o trabalho realizado pelo(a) Supervisor(a) Pedagógico(a)?
3. Qual o trabalho realizado pelo(a) Supervisor(a) Pedagógico(a) na escola, ou seja, o que faz o Supervisor(a) Pedagógico(a)?
4. Visando a melhoria da organização do processo educativo, o Supervisor(a) Pedagógico(a) tem conseguido estimular entre os educadores a reflexão sobre o processo pedagógico, a realidade das escolas e as dificuldades de aprendizagem? De que maneira?
5. Que tipo de relação têm-se estabelecido entre Supervisor(a) Pedagógico(a), docentes, discentes e Diretoria de Ensino/Semec, no bojo do processo ensino-aprendizagem ?
6. Que aspectos tem permitido ou obstaculizado o sucesso do trabalho do(a) Supervisor(a) Pedagógico(a) na escola?
7. Existem programas de capacitação, orientação e acompanhamento para os(as) Supervisores(as) Pedagógicos(as) oferecidos pela Diretoria de Ensino/Semec? Quais? Se existem, estes têm ajudado no desempenho de sua função? De que maneira?
8. Qual sua avaliação quanto as atividades que vem sendo desenvolvidas pelo(a) Supervisor(a) Pedagógico(a) na escola?

Tabela 1 – Quadro Demonstrativo
Alunos, Professores e Supervisores Pedagógicos por escola

Escola	Número de alunos	Número de professores	Número de Supervisores Pedagógicos	Turnos
Escola 1	1054	36	1	3
Escola 2	548	16	1	2
Escola 3	1001	29	1	3
Escola 4	1003	36	1	3
Escola 5	529	16	1	2
Escola 6	501	15	1	2
Escola 7	374	12	1	2
Escola 8	503	19	1	2
Escola 9	828	25	1	2
Escola 10	1031	30	1	3

Fonte: Setor de Estatística da Secretaria Municipal de Educação/2004.

Tabela 2 – Quadro Demonstrativo
Suporte Pedagógico da Semec

Identificação	Sexo	Formação / Licenciatura	Situação Funcional	Outra ocupação
Supervisor 1	M	Pedagogia	Efetivo	Profº Ensino Médio
Supervisor 2	F	Form. de Prof. Em Ed. Básica	Efetivo	-
Supervisor 3	F	Pedagogia	Concursado	-
Supervisor 4	F	Form. de Prof. Em Ed. Básica	Efetivo	-
Supervisor 5	F	Pedagogia	Efetivo	-
Supervisor 6	F	Form. de Prof. Em Ed. Básica	Efetivo	-
Supervisor 7	F	Form. de Prof. Em Ed. Básica	Efetivo	-
Supervisor 8	F	Pedagogia	Efetivo	-
Supervisor 9	F	Pedagogia	Efetivo	-
Supervisor 10	F	Pedagogia	Efetivo	-

Fonte: Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Rondon do Pará/2004.



*Prefeitura Municipal de Rondon do Pará
Secretaria Municipal de Educação
Diretoria de Ensino*

**Reunião com
Supervisores Pedagógicos**

Local: SEMEC
Horário: 08:00 h

Data: 05/12/03

PAUTA

- *Reflexão sobre o papel do Supervisor Pedagógico (sobre a atuação desse profissional – qual a concepção de cada um) – 1h*
- *^ Avaliação do trabalho pedagógico no ano 2003 - 1h*
- *Discutir e definir as atribuições do Supervisor Pedagógico no município; traçar linha de trabalho para 2004 – 1h 30min*
- *Avaliação da reunião – 30 min*
- *Outros*

“Grande é o ser humano que conhecedor de seus limites torna infinitas as suas possibilidades”

Autor Desconhecido



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
NÚCLEO UNIVERSITÁRIO DE RONDON DO PARÁ
CURSO DE PEDAGOGIA

DECLARAÇÃO



Declaramos que, por ocorrência da realização da disciplina Estágio Supervisionado, os alunos regularmente matriculados na 9ª Etapa do Curso de Pedagogia, Turma Rondon, deverão realizar durante os meses de setembro e novembro do corrente ano, as atividades de estágio profissional obrigatório (50 h) e a elaboração do Relatório de Estágio para fins de crédito da disciplina. Tais atividades têm como objetivo permitir a vivência e reflexão sobre prática profissional do pedagogo no âmbito da organização, orientação e supervisão pedagógica nas escolas de ensino fundamental, no intuito da aquisição de experiências que enriqueçam a formação dos futuros pedagogos.

Rondon, 06 de agosto de 2003.

Prof. Evandro Costa de Medeiros
Disciplina Prática de Ensino

Joélia Mendes da Silva Costa
Coordenadora do Núcleo Universitário
de Rondon do Pará - Para
Coordenadora do Núcleo Universitário

23.10.03



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
NÚCLEO UNIVERSITÁRIO DE RONDON DO PARÁ
CURSO DE PEDAGOGIA

C O N V I T E

Os acadêmicos de Curso de Pedagogia do Núcleo Universitário de Rondon – UFPA vêm por meio deste convidar V. Sa. para participar do Debate “**A Atividade Profissional do Supervisor Pedagógico em Questão**”, que será realizado na Escola Estadual de Ensino Médio “Dr. Dionísio Bentes de Carvalho” (Sala de Vídeo), no dia 22 (quinta-feira), às 18 horas.

Rondon, 21 de janeiro de 2004.

Prof Evandro Medeiros
Estágio Supervisionado

Acadêmicos de Pedagogia

Alunos da turma de Pedagogia/99 da
UFFa. - Universidade Federal do Pará
Núcleo Universitário de Rondon do Pará:

ADRIANA ANDRADE Oliveira
ADRIANA Dias de MOURA
ALDO Mário GONÇALVES Dias
ANDSON Pereira Ferreira
ANTÔNIO FERNANDES da Luz e Sousa
APARECIDA de Jesus Medeiros
AUDA Solange Santos Amaral
CELSO Soares
DAGMA Rodrigues Trevisan
DIVINA Benta de Moura
ELIAS Santos Oliveira
ELTON Rodrigues de Souza
ESTER Denise Santos Amaral
Fernando VALENTIM de Souza Junior
Francisco CAMILO dos Santos Filho
GEANCLAY Rodrigues de Souza
GERCIEL Batista Pereira
HILMA Fagundes Galvão Baileiro
JOÃO BATISTA dos Santos Filho
JUCINEUDA de Brito
JULIANA Leal Almeida
LUCINEI Torres Freitas
LUJZ CARLOS de Menezes
MÁRCIA Cristina Vieira AMORIM
MÁRCIA Teófanis BELUSSO
Marta de FÁTIMA Araújo Silva
MARIA de Oliveira Cunha
MARIA ELIZINETE M. de Souza
Marta LAUDICE dos Santos Araújo
Marta NILZA da Silva Rafalski
Marta REGINA Santana Rocha
Marta VALDERICE dos Santos Araújo
ROSEMARY de Almeida Lopes
ROSÍMÁLIA Silva Santos
ROSIMEIRE Artífides Machado
ROZANA KÁTIA Santos Carvalho
SINARA Soares Cangussú
SINIVALDO Pereira Silva
SIRLY Marques do Nascimento
VANY de Almeida Freitas
WANDERLEY dos Anjos Sabino



Universidade Federal do Pará
Campus Universitário do Sul
e Sudeste do Pará
Núcleo Rondon do Pará

I Encontro Municipal de Coordenadores Pedagógicos



*"Queremos que este Encontro, contribua
para subsidiar futuras ações e projetos
político-pedagógicos em Rondon do
Pará e que auxilie a todos os
coordenadores que atuam diretamente
nas Escolas, pois a diversidade de
focos, enriquece o universo de
possibilidades para o coordenador"*

(Professora: Silvana de Sousa Lourinho)

Janeiro/2003
Rondon do Pará

organização:
Alunos do Curso de Pedagogia/99

apoio:
Secretaria Municipal de Educação
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
Governos do Progresso

I - JUSTIFICATIVA

Este Encontro, é um momento ímpar de troca de experiências e estudos de aprofundamento. Junto ao papel do coordenador que irá desenhar um trabalho visando compreender o desempenho do professor no cotidiano da Escola, essencialmente na sala de aula. Faz parte de um projeto das disciplinas Organização do Trabalho Pedagógico e Coordenação Pedagógica em Ambientes Escolares, propondo novos competências ao grupo de coordenadores e gestores do município de Rondon do Pará.

Então, vamos participar de mais essa aventura pedagógica. E a cada dia, sermos melhores que antes.

II - OBJETIVO

- Estreitar as relações da Universidade com a comunidade de Rondon do Pará;
- Estimular a troca de experiências dos coordenadores do município, junto a um conhecimento teórico prático.
- Desenhar o processo de construção de um modelo próprio de formação continuada dos coordenadores, professores e demais profissionais da educação;

III - PROGRAMAÇÃO

Data: 29/janeiro/2003

Local: Centro Profissionalizante

"Edvaldo Martins de Oliveira"

Horário: 14 horas

14h - Abertura Oficial

- Inscrição dos Participantes

14h30 - Mesa Redonda

- 1. Relações Interpessoais e Integração escola-comunidade;
Wanderley Sabino

- 2. Excesso de funções e indefinição do papel do Coordenador Pedagógico;
Elias Oliveira e Márcia Amorim

- 3. Dificuldades de conciliar teoria e prática;
Maria Laudice e Rosimália Santos

- 4. Não execução do PPP,
Rozana Kátia e Fernando Valentin

- 5. Formação continuada.
Antônio Fernandes e Anderson Ferreira
- 18h - Encerramento

IV - PARTICIPAÇÃO

- Diretores
- Coordenadores Pedagógicos
- Professores
- Alunos

" Posso saber Pedagogia, Biologia como Astronomia, posso cuidar da terra como posso navegar. Sou gente. Sei que ignoro e sei que sei. Por isso, tanto posso saber o que ainda não sei, como posso saber melhor o que já sei. E saberei tão melhor e mais autenticamente, quanto mais eficazmente construa minha autonomia em respeito à dos outros"

(Paulo Freire)